BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BCBF Participações S.A.

Prezados Senhores:

A Administração da BCBF Participações S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Mensagem da Administração

Somos a maior empresa de assistência à saúde do Brasil de acordo com os dados de número de beneficiários divulgados pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Oferecemos planos corporativos de assistência à saúde e também planos odontológicos, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo, principalmente para a classe média brasileira. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de atendimento na saúde, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, representada por nossa rede própria de hospitais, prontos-socorros e clínicas, permitiu que nos destacássemos entre as principais operadoras de planos de assistência à saúde no Brasil.

O ano de 2020 apresentou inúmeros desafios, sendo o maior deles o surto pandêmico do novo Coronavírus (COVID-19), com início ainda no primeiro trimestre, que fez com que as companhias tivessem que se reinventar, adaptando-se a um novo cenário sem precedentes na história. Uma situação única, de abrangência global e que coloca em risco vidas humanas e a sustentabilidade do desenvolvimento econômico mundial. Nesse contexto, que perdurou o ano todo, com altos e baixos, e que ainda impacta o ano de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica vem atuando de forma orquestrada com o objetivo de continuarmos executando nossa estratégia, dentro de um ambiente mais controlado e que traga menores impactos a nossos *stakeholders* (beneficiários, colaboradores, comunidade e acionistas). Com o objetivo de enfrentarmos os desafios da Pandemia, algumas ações que foram imediatamente implementadas e de forma muito assertiva ajudaram a atenuar seus impactos. Além da implantação do Comitê de Gestão de Crise, que está instalado até hoje, foram disponibilizadas 7 unidades de atenção primária e 6 hospitais da Rede Própria, incluindo o recém-inaugurado Hospital Intermédica ABC (com 127 leitos, reinaugurado em março/20) para atendimento exclusivo à pandemia e de 11 hospitais referência, com fluxos e setores exclusivos, minimizando os riscos aos nossos colaboradores e aos demais pacientes. Também, dando continuidade à nossa proposta de saúde integrada, lançamos em abril, a plataforma de telemedicina, disponível inclusive dentro do aplicativo GNDIEasy, e que em um curto espaço de tempo tornou-se uma poderosa ferramenta de atendimento primário ao paciente, tendo atingido mais de 550 mil consultas online em 2020.

Ao longo de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica fortaleceu ainda mais os pilares do seu modelo de negócio por meio da estratégia de crescimento (M&A e orgânico) nos seus mercados-alvo, além expandir sua atuação para novos estados, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais. Tudo isso, mantendo a constante preocupação em aprimorar a qualidade dos serviços médico-hospitalares prestados principalmente através da nossa rede própria, cujos incessantes investimentos buscam a melhoria contínua no atendimento aos nossos beneficiários.

Durante o último ano, demos continuidade ao processo de profissionalização, buscando uma melhor estrutura societária como alavanca que suporte nosso crescimento, realizando em 4 de dezembro de 2020, a conclusão da oferta pública de distribuição secundária de ações ("*Follow-on*"), que resultou na distribuição total de 54.000.000 ações, ofertadas a um preço por ação de R$69,50. Além desse processo, a Companhia, por meio de suas controladas direta e indireta, emitiu duas séries de debêntures no segundo semestre com o objetivo de permitir a aceleração do processo de crescimento através de aquisições de ativos sinérgicos à nossa operação.

No ano com o maior número de aquisições da história do grupo, concluímos a aquisição de 8 ativos: Grupo São Lucas (janeiro/2020), Clinipam (fevereiro/2020), Ecole (abril/2020), LabClin (abril/2020), Hospital do Coração de Balneário Camboriú (maio/2020), Grupo Santa Mônica (agosto/2020), Hospital Santa Brígida (outubro/2020) e LifeDay (dezembro/2020).

Ainda em 2020, anunciamos a compra do Hospital Lifecenter de Belo Horizonte-MG (concluída em janeiro/2021), e das operadoras Climepe (concluída em março/2021), Serpram e MediSanitas (aguardando aprovação do CADE) em Minas Gerais. No Sul, anunciamos a compra do Hospital do Coração de Londrina (aguardando aprovação do CADE) e em São Paulo da operadora Bio Saúde (aguardando aprovação da ANS e CADE).

O Grupo Notre Dame Intermédica também fortaleceu a estratégia vencedora de verticalização dos custos médicos por meio (i) de contínua expansão da Rede Própria e (ii) simplificação do mix de venda com produtos microrregionais, que tendem a ser mais verticalizados (produtos com acesso direcionado à Rede Própria local).

Com a absorção das atividades e do fluxo de pacientes dos hospitais Santa Cecília e Sacrecouer pelo Hospital Salvalus, movimento este realizado no final de 2019, diversos ganhos e sinergias puderam ser averiguados ao longo do ano de 2020, o que reforçou ainda mais o sucesso da aquisição da Greenline, concluída no início de 2019.

Como exemplos de expansão da Rede Própria tivemos as inaugurações da Unidade Avançada Santo André em setembro de 2020 e do Centro Clínico Jundiaí em novembro de 2020 com capacidade para mais de 30.000 e 66.000 consultas por mês, respectivamente.

No que diz respeito ao *mix* de produtos, vale destacar três frentes de atuação: (i) a expansão do produto NotreLife 50+ para a região do ABC, plano de saúde individual desenhado ao público acima de 49 anos, baseado em um modelo caracterizado pela individualização das necessidades dos clientes, sejam elas assistenciais, sociais ou culturais; (ii) o lançamento da linha Smart para a região de Americana e (iii) o lançamento do projeto piloto do produto Clinipam Connect no Sul, que utiliza a plataforma da telemedicina como acesso principal (*gatekeeper*) e tem como pilares a coordenação dos cuidados assistenciais, a comodidade e a facilidade no acesso das mais diversas linhas de cuidados médicos, incluindo os programas de promoção de saúde e prevenção de doenças, descontos em medicamentos e cobertura odontológica com franquia, seguindo as diretrizes de saúde de qualidade a preços acessíveis.

Em outubro de 2020 foi criada uma nova Vice Presidência focada em ESG (*Environmental, Social and Governance*), cujo escopo engloba os temas de Sustentabilidade, Riscos e *Compliance* no Grupo Notre Dame Intermédica, com o objetivo de aprofundar nossas ações, comunicação e transparência diante dos *stakeholders*, reforçando o comprometimento com a sustentabilidade no modelo de negócios, sejam nas questões assistenciais, ambientais e sociais, além de garantir a consolidação do mais alto nível de governança corporativa.

Todas essas iniciativas nos levaram a 1ª posição em número de beneficiários de Saúde em 2020, terminando o ano com 3,7 milhões de vidas. Já no segmento de planos odontológicos, o grupo manteve a 2ª posição no ranking da ANS em número de membros, com 2,7 milhões de beneficiários, que são atendidos por meio de uma rede de mais de 17.000 dentistas presentes em mais de 1.000 municípios.

A Receita Operacional Líquida da Companhia apresentou crescimento de 26,9% atingindo R$ 10.673,3 milhões, fruto da contínua expansão no número de beneficiários e do aumento de ticket médio dos planos de saúde, além das aquisições já mencionadas. Analisando as operações de planos de Saúde e Odontológicos tivemos crescimento em ambas, sendo 31,1% na primeira, atingindo R$ 10.673,3 bilhões e 15,6% na segunda, atingindo R$ 300,8 bilhões.

Histórico GNDI

"Tornar saúde de qualidade acessível a gerações de Brasileiros"

Ao se nortear pelo preço justo, prevenção e medicina resolutiva, o Grupo Notre Dame Intermédica tem guiado suas operações desde sua fundação de forma a oferecer a seus associados uma solução de qualidade superior no mercado de saúde suplementar.

A Companhia atua em duas linhas principais de negócio:

• **Operações de saúde,** que contemplam **planos de assistência à saúde**, com ampla gama de escolha entre produtos com acesso majoritário à nossa Rede Própria de hospitais, prontos-socorros e clínicas além de extensa rede de prestadores credenciados; e **serviços hospitalares** nas regiões em que o Grupo Notre Dame Intermédica detém Rede Própria, atendendo também aos associados de outras operadoras ou pacientes particulares;

• **Planos de assistência odontológica**, que garantem atendimento odontológico de qualidade em milhares de prestadores credenciados em todo o Brasil.

Ao agregar essas linhas de negócio, a Companhia entende que pode tanto garantir a sua sustentabilidade financeira quanto otimizar a experiência do cliente corporativo e do beneficiário final. Isso é possível graças ao modelo verticalizado de atendimento à saúde: hospitais próprios garantem que não haverá procedimentos desnecessários, reduzindo a pressão de custos ao cliente e os riscos ao paciente. Ao mesmo tempo, a associação de planos odontológicos e de saúde oferece ao cliente o acesso mais abrangente à saúde.

Desde o início das operações em 1968, a Companhia se dedica à Medicina Preventiva, tornando-se pioneira na Saúde Suplementar quanto a esse tipo de atenção. Entendemos que a prevenção de doenças é o caminho mais sustentável para o Grupo e para o setor de saúde ao trazer melhor qualidade de vida para pacientes.

Cenário macroeconômico e setorial

No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de coronavírus, paralisações decorrentes do distanciamento social foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Essas paralisações impactaram diversos segmentos da economia nacional, dentre os principais, o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços.

Os diversos indicadores da macroeconomia sofreram bruscas alterações em relação ao que vinha sendo esperado por especialistas no cenário pré-pandemia, sendo alguns deles mais impactados como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego.

A inflação ao consumidor medida pelo IPCA atingiu 4,52% em 2020, com um leve crescimento comparado ao ano de 2019 (4,31%), mas ainda dentro da meta de inflação. Em 2019, a inflação médica ainda se manteve em patamar elevado, porém com redução quando comparada ao ano de 2018, tendo atingido 14,5% versus os 17,3% apurados no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, segundo dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). Para 2020, devido aos impactos da pandemia, inclusive na cadeia de suprimentos do setor, ainda não é possível afirmar qual o patamar esperado para o indicador ao final do ano.

O Produto Interno Bruto retraiu em 5,0% nos 9 primeiros meses de 2020, devido aos impactos provocados pela pandemia. Para o final do ano, com a retomada das atividades econômicas na segunda metade do ano, o Banco Central projeta uma leve melhora do cenário com uma retração mais próxima de 4,4% frente o ano de 2019.

A taxa básica de juros foi reduzida gradualmente, passando de 4,5% ao final de 2019 para o menor nível histórico, de 2,0%, em agosto de 2020, permanecendo no mesmo patamar desde então. A estratégia tem como objetivo fortalecer o consumo das famílias e o investimento privado, e como consequência reativar a economia permitindo a geração de empregos.

A taxa média de desemprego atingiu 14,3% em dezembro de 2020, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), comparado com 11,9% em 2019. Houve criação de 280 mil postos formais entre janeiro e dezembro de 2020, segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), indicando a continuidade da retomada do emprego, apesar das dificuldades impostas durante o ano pela crise sanitária global.

Embora a cobertura de saúde suplementar tenha forte relação com quantidade de empregos formais - cerca de 68% dos beneficiários detinham apólices de planos coletivos em dezembro de 2020 - o setor de saúde teve crescimento de beneficiários, conquistando mais de 500 mil vidas em relação a 2019. A taxa de cobertura dos planos de saúde passou de 24,2% para 24,5% em 2020.

O Grupo Notre Dame Intermédica se manteve resiliente frente às adversidades. Encerramos o ano de 2020 com 3,7 milhões de beneficiários de planos de saúde, o que representou um crescimento de 23,0% em relação a dezembro de 2019, e alcançamos 2,7 milhões de beneficiários de planos odontológicos, com um crescimento de 6,7% na base de beneficiários em relação a dezembro 2019.

Crescimento por aquisições (M&A)

O Grupo Notre Dame Intermédica teve em 2020 o ano com o maior número de aquisições já realizadas desde a sua fundação. Com aquisições de ativos estratégicos para nosso negócio, o Grupo, além de fortalecer as regiões em que já possui presença, passou a atuar mais fortemente em duas novas regiões do Brasil: Sul e Minas Gerais.

Em janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição do Grupo São Lucas, operadora de planos de saúde, que possui uma carteira de aproximadamente 87 mil beneficiários de planos de saúde na região de Americana no Estado de São Paulo e que oferece atendimento primário através de três Centros Clínicos e opera um hospital com 80 leitos, sendo 14 de UTI.

Em fevereiro de 2020, o GNDI concretizou a aquisição do Grupo Clinipam, com uma carteira de 351 mil beneficiários de planos de saúde, localizados majoritariamente na região metropolitana de Curitiba e Vale do Itajaí no Estado de Santa Catarina. Além disso, conta com uma moderna e verticalizada rede própria nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, que inclui 2 hospitais totalizando 133 leitos, 4 unidades de pronto-atendimento 24 horas, 19 centros clínicos, um centro de diagnóstico por imagem, um centro de tratamento preventivo e 10 laboratórios de análises clínicas.

Em abril de 2020, a Companhia concluiu as aquisições da Ecole, uma operadora de saúde com cerca de 40 mil beneficiários, concentrados principalmente na região metropolitana de São Paulo e da LabClin em Americana no Estado de São Paulo, mesma região do Grupo São Lucas. Especializada em análises clínicas conta com 7 unidades de coleta e realiza mais de 100 mil exames por mês.

Em maio de 2020, a Companhia adquiriu o Hospital do Coração de Balneário Camboriú no Estado de Santa Catarina. O hospital de alta complexidade conta com 58 leitos, sendo 10 UTIs, além de duas salas cirúrgicas e 8 consultórios de pronto socorro, uma unidade de hemodinâmica, ala oncológica e laboratório de análises clínicas.

A conclusão da aquisição do Grupo Santa Mônica, localizado na região de Divinópolis e Nova Serrana no Estado de Minas Gerais, que ocorreu em agosto de 2020 foi o primeiro passo dado pelo Grupo Notre Dame Intermédica no Estado de Minas Gerais. A empresa é a maior operadora de saúde verticalizada do Centro-Oeste Mineiro e possui uma carteira com aproximadamente 41 mil beneficiários de plano de saúde na região e duas unidades hospitalares que totalizam 265 leitos, sendo 65 de UTI.

Em outubro de 2020, o GNDI adquiriu o Hospital Santa Brígida em Curitiba no Estado do Paraná, que conta com 72 leitos, sendo 21 UTIs, além de 4 salas obstétricas e 5 consultórios de pronto socorro, além de uma ala diagnóstica com ultrassonografia, endoscopia, radiografia e laboratório de análises clínicas.

Já em dezembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da LifeDay, uma operadora de planos de saúde com cerca de 57 mil beneficiários, com presença nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O GNDI celebrou em agosto de 2020 um acordo de intenção de compra e venda de quotas da Climepe, operadora de planos de saúde localizada em Poços de Caldas no sul do Estado de Minas Gerais. A empresa possui uma carteira com aproximadamente de 33 mil beneficiários de planos de saúde na região e um hospital inaugurado em 2016 com 119 leitos, sendo 16 de UTI. Além disso, conta com um moderno Day Clinic (unidade especializada em procedimentos de baixa complexidade como pequenas cirurgias, observação clínica e terapias) e 1 Centro de Diagnóstico por Imagem.

Ainda em agosto de 2020, a Companhia celebrou o acordo de intenção de compra e venda de ações e outras avenças para a aquisição da BioSaúde, operadora de planos de saúde com aproximadamente 100 mil beneficiários cujas operações se concentram principalmente na região metropolitana de São Paulo.

Também em agosto de 2020, o GNDI celebrou um acordo de intenção de compra e venda das ações do Grupo MediSanitas, com presença em diversas regiões do Estado de Minas Gerais principalmente na área metropolitana de Belo Horizonte. A empresa possui uma carteira com aproximadamente 340 mil beneficiários de planos de saúde e 3 mil beneficiários de planos odontológicos. Além disso, o grupo conta com uma Rede Própria verticalizada no Estado que inclui 1 hospital de 58 leitos, 1 pronto-socorro autônomo, 5 centros clínicos, 5 laboratórios de análises clínicas, 3 clínicas odontológicas, 1 centro oftalmológico e 1 clínica oncológica.

Já em outubro de 2020, o GNDI celebrou um acordo de intenção de compra e venda das ações do Grupo Serpram, com presença em Alfenas, Varginha, Extrema e Pouso Alegre na região sul do Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma operadora verticalizada com aproximadamente de 47 mil beneficiários de planos de saúde e 2 hospitais com 74 leitos, sendo 21 de UTI.

Em novembro de 2020, a Notre Dame Intermédica celebrou um acordo de intenção de compra e venda de quotas do Hospital do Coração de Londrina, que contempla dois hospitais de alta complexidade localizados em Londrina no Estado do Paraná e que totalizam 248 leitos, sendo 83 UTIs.

Por fim, em dezembro de 2020 a Companhia celebrou o acordo de compra e venda de ações do Hospital Lifecenter, hospital localizado na capital do Estado de Minas Gerais, que conta com 205 leitos, sendo 40 UTIs e possui extrema importância para a implementação da estratégia de verticalização em Minas Gerais, principalmente no que diz respeito a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A conclusão da aquisição ocorreu em janeiro de 2021.

Expansão Orgânica de Nossa Rede Própria de Atendimento

Nos últimos anos um amplo programa de reforma de hospitais e centros clínicos tem sido implementado com o objetivo de aprimorar ainda mais a rede oferecida aos nossos beneficiários.

Em 2020, pudemos capturar os ganhos da absorção das atividades do Hospital Santa Cecília e Hospital Sacrecouer pelo Hospital Salvalus, localizado na Zona Leste de São Paulo. As sinergias financeiras e operacionais foram enormes, o que validou o sucesso da compra do ativo, pertencente ao Grupo Greenline, realizado em 2019. O hospital ainda teve uma expansão do número de UTIs em 2020, com a transformação do andar que anteriormente acomodava o laboratório para processamento de exames.

Em setembro de 2020, foi inaugurada a Unidade Avançada Santo André que passou a ser a referência em atendimentos de urgência e emergências na Região do ABC, próximo a cidade de São Paulo. Em um imóvel próprio com capacidade de mais de 30 mil consultas por mês, oferece atendimento de qualidade em pediatria, clínica médica, ortopedia e pronto atendimento adulto e infantil, todos os dias 24 horas, com ou sem hora marcada. Uma unidade com 6.000 m² de área construída com infraestrutura completa e tecnológica e mais de 20 consultórios, 20 leitos de pronto socorro adulto, 10 leitos de pronto socorro infantil, 4 salas para pequenos procedimentos cirúrgicos, 2 raio-x, 1 tomógrafo e equipamentos de ultrassom, além de espaço para coleta de exames de análises clínicas (NotreLabs).

Já em novembro de 2020 foi inaugurado o novo e completo Centro Clínico Jundiaí, que passa a absorver o volume de atendimentos dos demais centros clínicos da cidade que deixam de ter atividades. Com capacidade para realização de mais de 66 mil consultas por mês, a unidade possui um andar térreo com 8.000 m² que contempla 75 consultórios, 21 leitos, 4 salas cirúrgicas para pequenos procedimentos, 2 equipamentos de raio-x, 1 tomógrafo, infraestrutura para endoscopia e colonoscopia, além do espaço para coleta de exames de análises clínicas (NotreLabs). A unidade conta ainda com um espaço destinado à Preventiva e outro para atendimento de pacientes oncológicos e centro de infusão.

Em 31 de dezembro de 2020 a rede própria do Grupo Notre Dame Intermédica era composta por 27 hospitais, 23 prontos-socorros, 87 centros clínicos e 14 unidades de tratamento preventivo.

A busca pelo aprimoramento contínuo da qualidade e excelência na prestação de serviços de assistência integral à saúde é incessante, e por isso continuamos a realizar investimentos relevantes em nossos ativos e operações. Em 2020, em função do cenário de pandemia e isolamento social, as visitas para certificações foram adiadas, mas devem ser retomadas no ano de 2021. A Companhia conta, atualmente, com 11 hospitais certificados pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA") e um hospital com certificação de qualidade Qmentum pela *Accreditation Canada International*.

Os resultados obtidos em 2020 fortalecem nossa certeza de que estamos no caminho certo, oferecendo uma proposta de valor inigualável a nossos clientes, provendo atendimento de qualidade a preços acessíveis.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Receita Operacional Líquida consolidada cresceu 27,4% no período, passando de R$ 8,4 bilhões em 2019 para R$ 10,7 bilhões em 2020, tendo sido observado crescimento linhas de receita de planos de saúde e odontológicos e queda de receita em venda de serviços médico-hospitalares para outros planos de saúde justificada por uma estratégia de enfrentamento da pandemia que privilegiou a preservação de leitos próprios em caso de eventual necessidade de atendimento a beneficiários da Companhia. Esta queda permitiu a liberação de capacidade de leitos próprios de internação e, principalmente, de UTI, que foram sendo ocupados com nossos pacientes com suspeita ou confirmação de COVID. O Custo dos Serviços Prestados em relação a Receita Operacional Líquida teve queda, assim como o custo-caixa (excluindo as provisões para PEONA, SUS e depreciação) que passou de 70,3% da receita líquida em 2019 para 68,3% em 2020. O controle do custo tem como principal alavanca, nossa estratégia de verticalização, que permite melhor controle da cadeia na prestação de serviços médicos aos nossos beneficiários. Com a integração gradual das aquisições estratégicas concluídas em 2020 e a concluir em 2021, esperamos dar seguimento aos ganhos na frente de custos médico-hospitalares.

As despesas administrativas, comerciais, créditos de liquidação duvidosa (PDD) e outras receitas totalizaram R$1.613,1 milhões, em 31 de dezembro de 2020, permanecendo estável em 15,1% da receita líquida, fruto de um ligeiro aumento nas despesas comerciais e de PDD, compensados pela busca constante por melhorias de produtividade. A produtividade se traduz em ganho de escala conforme crescemos nosso negócio e adquirimos novas empresas com significativos ganhos de sinergia ao longo do tempo.

O lucro líquido do exercício findo em dezembro de 2020 atingiu R$ 840,2 milhões, um crescimento de 51,2% em relação ao ano anterior.

Investimento de Capital

No ano de 2020, a BCBF Participações S.A. e suas controladas mantiveram o ritmo de investimentos tendo investido R$ 283,0 milhões em expansão, reformas e melhorias. Além disso, o montante de R$ 3.347,0 milhões foi destinado para a aquisição dos grupos Clinipam, São Lucas, Santa Mônica, LifeDay, Ecole, LabClin e do Hospital Santa Brígida e Hospital do Coração de Balneário Camboriú.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2020, como parte da estratégia de capitalizar a Companhia com vistas a continuar com um financiamento saudável de nossos M&A's, possuímos uma posição de caixa líquido de R$ 3,4 milhões. Nosso endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos e debêntures - circulante e não circulante), atingiu o montante total de R$ 3.488,4 milhões, já o montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante era de R$ 3.454,2 milhões.

Distribuição de Resultados

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a retenção, após a constituição da reserva legal, da totalidade do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social de 31 de dezembro de 2020. A retenção ora aprovada é justificada com base em orçamento de capital da Companhia.

Gestão de Pessoas

Em 2020, a área de Recursos Humanos fortaleceu ainda mais a cultura organizacional da Companhia, reforçando o espírito empreendedor com uma abordagem profissional e única. A Companhia acredita que uma equipe comprometida com o cliente e experiente no setor de assistência à saúde constitui vantagem competitiva decisiva no complexo mercado de atuação.

Além disso, ao longo de 2020, a Companhia continuou a fortalecer dois pilares estratégicos: acolhimento e qualidade. O GNDI acredita que acolhimento é comportamento chave para uma organização focada no cliente. Diversas atividades foram desenvolvidas para reforçar o engajamento dos colaboradores no acolhimento ao beneficiário. Além disso, a preocupação com a assistência ao paciente é foco de toda equipe e para tanto ampliamos significativamente o número de acreditações das nossas unidades assistenciais, incluindo uma certificação internacional.

O número de colaboradores da Companhia passou de 18.738 em dezembro de 2019 para 22.837 colaboradores em dezembro de 2020. Esse aumento deu-se principalmente, em função das aquisições realizadas ao longo do ano de 2020, principalmente com as novas Regionais sendo consolidadas ao longo do ano. Do total de colaboradores, o Sul conta com 2.204 e o Grupo Santa Mônica em Minas Gerais com 730.

ESG ou ASG (Ambiental, Social e Governança)

Em outubro de 2020 foi criada uma nova Vice-presidência focada em ESG (*Environmental, Social and Governance*), cujo escopo engloba os temas de Sustentabilidade, Riscos e *Compliance* no Grupo Notre Dame Intermédica. Mesmo diante do pouco tempo de vida, a área já fez movimentações importantes no que diz respeito aos temas ao coordenar as diversas iniciativas que já havia na companhia.

Foram criados 6 grupos de trabalho para que possam ser abordados rotineiramente temas bastante presentes no atual momento da nossa sociedade: Diversidade, Mulheres, Eficiência Energética, Gerenciamento de Resíduos e Projetos Sociais.

No que diz respeito a Gerenciamento de Resíduos, 6 hospitais já estão sendo impactados positivamente pelo processo de compostagem dos seus resíduos. Na primeira rodada deste projeto foi possível segregar 14 toneladas métricas que foram transformadas em 3 toneladas métricas de fertilizantes naturais. Ao longo do ano de 2021 serão adicionados outros hospitais do Grupo ao projeto.

Em relação a frente de Eficiência Energética, estamos em fase final de negociação de um acordo de geração de energia solar capaz de atender 60 centros clínicos.

Por fim, ainda em 2020 o Grupo Notre Dame Intermédica se associou ao CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), entidade sem fins lucrativos que desde 1997 atua junto dos maiores grupos empresariais do Brasil, sendo o GNDI o primeiro a se associar do setor de saúde.

Inovação

O Grupo Notre Dame Intermédica vem investindo constantemente no aperfeiçoamento e na evolução dos sistemas envolvidos em sua operação. No ano de 2020 foi iniciado o processo de implantação de um novo sistema integrado de gestão para a operadora. O sistema batizado de Optimus possibilitará a absorção de diversos sistemas hoje existentes e com a sua implementação, novas sinergias operacionais e financeiras poderão ser capturadas.

O Grupo investiu também na aquisição do equipamento MADI-TOF que, no campo da microbiologia, contribui para o aumento da produtividade e aumenta a capacidade de processamento de exames de análises clínicas, viabilizando desta forma uma maior verticalização dos mesmos.

Em abril de 2020, diante do cenário desafiador de pandemia, foi implementada a telemedicina, que no ano atingiu mais de 550 mil consultas e teve seu pico no mês de julho, quando quase 100 mil atendimentos foram realizados. A medida em que os beneficiários se sentiam mais habituados ao novo formato de atendimento, foram adicionadas especialidade, incluindo atendimento de psicólogos e nutricionistas, que em dezembro somaram mais de 15 mil consultas.

Premiações

No ano de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica teve a honra de ser reconhecido e incluído pelo sexto ano consecutivo na lista das empresas premiadas como "Melhores Empresas para Trabalhar".

O Grupo também foi reconhecida em novembro mais uma vez pela sua preocupação com os colaboradores e integrou a lista das 100 empresas com as melhores práticas de RH e clima organizacional do país. O Prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar é realizado a partir de pesquisa exclusiva realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA) com mais de 150 mil trabalhadores brasileiros.

Outro prêmio inédito que que coroou o ano de recorde de aquisições foi o de melhor operação do ano *("Deal of the Year 2020")* pela revista Latin Finance. A aquisição da Clinipam pelo GNDI foi reconhecida como melhor operação do ano na categoria fusões e aquisições doméstica.

Declaração da Diretoria Estatutária

A diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis contidas neste relatório e com a opinião expressa no parecer do Auditor Independente referente às mesmas.

Relacionamento com Auditor Independente

Ao longo do exercício de 2020, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst Young auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Ativo					
Circulante		**818.167**	**3.240.633**	**5.005.427**	**5.836.298**
Caixa e equivalentes de caixa	7	789.819	3.217.510	2.453.206	3.380.558
Aplicações financeiras	8	–	–	1.001.019	1.285.126
Contas a receber de clientes	9	–	–	637.763	492.769
Estoques		–	–	100.520	50.771
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	244.009	186.085
Créditos tributários e previdenciários	11	28.206	22.889	112.818	119.697
Outros ativos	12	142	234	456.092	321.292
Não circulante		**8.558.497**	**4.073.357**	**10.966.605**	**6.795.326**
Aplicações financeiras	8	–	–	152.647	–
Impostos diferidos ativo	13	–	–	549.892	475.657
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	229.558	178.748
Depósitos judiciais e fiscais	14	–	–	683.289	417.310
Outros ativos	12	–	–	1.118.022	931.511
Investimentos	15	8.558.497	4.073.357	993	11
Imobilizado	16	–	–	2.172.861	1.713.390
Direito de uso	17	–	–	492.451	478.805
Intangível	18	–	–	5.566.892	2.599.894
Total do ativo		**9.376.664**	**7.313.990**	**15.972.032**	**12.631.624**

	Notas	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		**260.659**	**155.170**	**2.629.836**	**2.213.046**
Fornecedores		11	15	159.995	133.131
Salários a pagar		–	–	211.908	165.035
Tributos e encargos sociais a recolher	19	1.847	1.652	502.331	359.766
Empréstimos e financiamentos	20	185.856	–	225.077	220.683
Debêntures	21	70.401	151.272	81.091	169.560
Provisões de imposto de renda e contribuição social		–	53	–	62.431	56.985
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	–	–	1.176.699	945.405
Arrendamentos	17	–	–	38.376	33.466
Outros passivos	23	2.491	2.231	171.928	129.015
Não circulante		**2.076.167**	**979.604**	**6.301.820**	**4.239.362**
Tributos e encargos sociais a recolher	19	–	–	62.369	62.034
Empréstimos e financiamentos	20	610.947	–	943.663	35.159
Debêntures	21	1.440.876	954.419	2.238.572	1.752.537
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	–	–	531.537	342.836
Impostos diferidos passivos	13	–	–	280.315	158.487
Provisões para ações judiciais	24	–	–	870.530	887.618
Arrendamentos	17	–	–	489.355	464.410
Outros passivos	23	24.344	25.185	885.479	536.281
Patrimônio líquido e participação de não controlador		**7.039.838**	**6.179.216**	**7.040.376**	**6.179.216**
Capital social	25.a	5.333.080	5.313.080	5.333.080	5.313.080
Reservas:		**1.706.758**	**866.136**	**1.706.758**	**866.136**
Reserva de capital	25.b	(763.491)	(763.491)	(763.491)	(763.491)
Reservas de lucros	25.c	2.470.249	1.629.627	2.470.249	1.629.627
Participação de não controlador		–	–	538	–
Total do passivo e do patrimônio líquido		**9.376.664**	**7.313.990**	**15.972.032**	**12.631.624**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Receita operacional líquida	26	–	–	10.673.268	8.412.439
Custos dos serviços prestados	27	–	–	(7.562.659)	(6.104.467)
Resultado bruto		**–**	**–**	**3.110.609**	**2.307.972**
Despesas administrativas	28.a	(1.614)	(1.832)	(950.119)	(828.853)
Despesas comerciais	28.b	–	–	(553.353)	(423.745)
Perdas de recuperabilidade sobre créditos	28.c	–	–	(111.092)	(67.245)
Equivalência patrimonial	15	888.164	667.815	–	–
Outras receitas, líquidas		387	(5.436)	1.484	33.268
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**886.937**	**660.547**	**1.497.529**	**1.021.397**
Receitas financeiras	29	18.682	6.034	141.796	159.034
Despesas financeiras	29	(64.750)	(110.845)	(268.405)	(307.160)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**840.869**	**555.736**	**1.370.920**	**873.271**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(247)	–	(450.022)	(268.143)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	–	–	(80.719)	(49.392)
Lucro líquido do exercício		**840.622**	**555.736**	**840.179**	**555.736**
Atribuível aos sócios:					
Acionistas controladores		840.622	555.736	840.622	555.736
Acionistas não controladores		–	–	(443)	–
		840.622	**555.736**	**840.179**	**555.736**
Lucro por ação:					
Básico	30	0,2102	0,2965	0,2102	0,2965
Diluído	30	0,2102	0,2965	0,2102	0,2965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício	840.622	555.736	840.179	555.736
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**840.622**	**555.736**	**840.179**	**555.736**
Atribuível aos sócios:				
Acionistas controladores	840.622	555.736	840.622	555.736
Acionistas não controladores	–	–	(443)	–
	**840

continuação

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora 31 de dezembro de 2020	Controladora 31 de dezembro de 2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		**840.622**	**555.736**	**840.179**	**555.736**
Depreciação imobilizado	16	–	–	131.726	84.074
Amortização intangível	18	–	–	89.871	47.329
Depreciação direito de uso	17	–	–	59.583	49.786
Equivalência patrimonial	15.a	(888.164)	(667.815)	–	–
Atualização monetária depósitos judiciais	14	–	–	(18.769)	(8.798)
Atualização monetária contingência	24	–	–	48.876	29.641
Atualização monetária SUS	22.a	–	–	27.562	25.662
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	8	–	–	394	(517)
Receitas com aplicações financeiras	8	(9.361)	–	(57.332)	(82.856)
(Receitas) Despesas com variação cambial	8	–	(4.995)	473	(657)
Imposto de renda e contribuição Social - correntes e diferidos	–	247	–	530.741	317.535
Variação provisões técnicas	22.c	–	–	36.881	20.309
Provisões para ações judiciais	28.a	–	–	29.786	83.326
Provisão (Reversão) com perda de recuperabilidade sobre créditos	9	–	–	15.232	(14.109)
Perda efetiva de recuperabilidade sobre créditos	9	–	–	95.860	81.354
Provisão de glosa esperada	9	–	–	8.025	9.509
Amortização despesas de comercialização diferidas	10	–	–	294.068	231.051
Juros sobre debêntures e custo de captação	21	30.051	83.816	65.850	126.923
Juros sobre empréstimos e financiamentos e custo de captação	20	26.769	–	39.909	18.206
Juros sobre arrendamentos	17	–	–	43.959	38.622
Instrumentos derivativos - *NDF - Non - Deliverable Forwad*	29	–	–	(4.133)	–
Baixa imobilizado/intangível	16 e 18	–	–	13.283	12.411
Outros	–	(645)	2.874	118	(166)
Baixa direito de uso/(arrendamentos)	17	–	–	(3.644)	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	(19)	–	(441.885)	(213.449)
(Aumentos) Reduções dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	9	–	–	(183.913)	(199.056)
Estoques	–	–	–	(45.191)	(2.281)
Créditos tributários e previdenciários	–	(5.298)	6.738	(3.473)	(57.960)
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	(402.802)	(334.561)
Impostos diferidos ativos	–	–	–	(3.531)	(39.504)
Depósitos judiciais e fiscais	14	–	–	(214.516)	(140.116)
Outros ativos	–	92	26.997	(285.421)	(428.023)
Aumentos (Reduções) dos passivos operacionais					
Fornecedores	–	(4)	(1.149)	(68.489)	(155.072)
Salários a pagar	–	–	–	27.637	(22.964)
Tributos e encargos a recolher	–	–	1.643	103.586	78.162
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	–	–	–	133.512	248.283
Provisão para imposto de renda e contribuição social	–	–	–	–	(5.479)
Impostos diferidos passivos	–	–	–	–	63.125
Provisões para ações judiciais	24	–	–	(60.683)	(59.481)
Outros passivos	–	(581)	27.413	159.389	(10.767)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		**(6.291)**	**31.258**	**1.002.718**	**345.228**
Aplicações financeiras	8	(3.717.866)	(1.170.063)	(15.041.759)	(7.549.906)
Resgates aplicações financeiras	8	3.727.227	1.179.778	15.405.731	7.448.872
Combinação de negócios	5	–	(46.164)	(2.925.766)	(1.525.143)
Aquisição de imobilizado	16	–	–	(212.933)	(185.437)
Aquisição de intangível	18	–	–	(2.284)	(1.374)
Recebimento de juros sobre capital próprio e dividendos	–	47.470	98.975	–	–
Aquisição de ações	–	–	–	(245.122)	–
Aumento de capital - Controlada	15	(3.643.800)	(1.340.400)	–	–
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		**(3.586.969)**	**(1.277.874)**	**(3.022.133)**	**(1.812.988)**
Pagamento de juros sobre debêntures	21	(54.465)	(53.054)	(86.247)	(75.614)
Amortização debêntures valor principal	21	(1.020.000)	(120.000)	(1.020.000)	(470.000)
Aumento de capital	25.a	20.000	–	20.000	–
Integralização de Capital		–	3.750.000	–	3.750.000
Captação de empréstimos e financiamentos	20	873.979	–	1.174.179	29.851
Captação de debêntures	21	1.450.000	887.147	1.437.963	1.682.720
Arrendamentos pagos - principal	17	–	–	(40.600)	(29.957)
Arrendamentos pagos - juros	17	–	–	(43.959)	(38.622)
Empréstimos e financiamentos pagos - principal	20	(90.000)	–	(324.826)	(122.600)
Empréstimos e financiamentos pagos - juros	20	(13.945)	–	(24.447)	(14.257)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		**1.165.569**	**4.464.093**	**1.092.063**	**4.711.521**
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício		**(2.427.691)**	**3.217.477**	**(927.352)**	**3.243.761**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		**3.217.510**	**33**	**3.380.558**	**136.797**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		**789.819**	**3.217.510**	**2.453.206**	**3.380.558**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BCBF Participações S.A.** ("Companhia"), é uma "*holding*", constituída na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil e com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867, 8º andar, conjunto 81, sala A. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas Controladas (ou "Grupo Notre Dame Intermédica"). A Companhia foi constituída em 19 de novembro de 2013 e tem como objeto social (i) a administração de seus próprios bens; e (ii) a participação como sócia, acionista ou detentora de qualquer outro direito de participação no capital de outras sociedades civis ou comerciais que tenham por objeto atividades relacionadas aos diversos ramos de saúde, incluindo sociedades que, direta ou indiretamente (a) administrem, comercializem ou distribuam planos de assistência à saúde ou planos odontológicos privados; (b) operem hospitais, laboratórios, centros clínicos ou unidades de atendimento médico; e/ou (c) possuam imóveis destinados primordialmente ao desenvolvimento de atividades no setor de saúde.

Em 16 de setembro de 2019, a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) concedeu à Companhia, o registro de companhia aberta na categoria "B".

A Companhia é controladora direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. ("Intermédica") e Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda., e indireta de entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e tais entidades têm por objeto social a prestação de serviços nos campos de medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou privadas e participações. As informações sobre as controladas diretas e indiretas da Companhia estão sendo apresentadas na nota explicativa 3.b.

2. REESTRUTURAÇÕES SOsocietárias

O Grupo Notre Dame Intermédica, por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por meio de aquisições e reestruturação societária, com o objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional, realizou os seguintes eventos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

a) Incorporação Belo Dente Odontologia Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de abril de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Belo Dente Odontologia Ltda. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de abril de 2020, com data-base 31 de março de 2020.

b) Incorporação Hospital Nanci Ltda. & Cia e SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de agosto de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Hospital Nanci & Cia Ltda. e SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas incorporadas foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 3 de agosto de 2020, com data-base 31 de julho de 2020.

c) Incorporação - Ghelfond Participações Ltda, Ultra Diagnóstico Ltda., Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda., Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., C & M Associados e Serviços Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Médica Ltda. e Laboratório de Análises Clínicas - Labclin Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de setembro de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Ghelfond Participações Ltda., Ultra Diagnóstico Ltda., Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda., Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., C & M Associados e Serviços Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Médica Ltda. e Laboratório de Análises Clínicas - Labclin Ltda. pela empresa Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda.. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas incorporadas foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de setembro de 2020, com data-base 31 de agosto de 2020.

d) Incorporação Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de setembro de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda., pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de setembro de 2020, com data-base 31 de agosto de 2020.

e) Incorporação - Ecole Serviços Médicos Ltda..

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de outubro de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Ecole Serviços Médicos Ltda., pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de outubro de 2020, com data-base 28 de setembro de 2020.

f) Incorporação - Centro de Diagnóstico Bom Jesus Ltda., Ônix Centro Médico Ltda., Hospital Ônix Mateus Leme Ltda. e Odontopam Assistência Médica Odontológica Ltda..

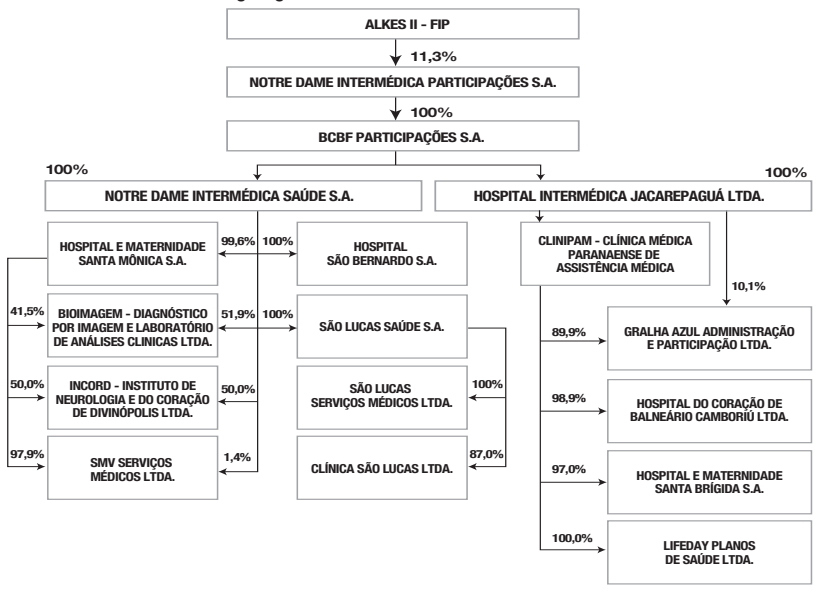
Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 03 de novembro de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Centro de Diagnóstico Bom Jesus Ltda., Ônix Centro Médico Ltda., Hospital Ônix Mateus Leme Ltda. e Odontopam Assistência Médica Odontológica Ltda., pela controlada Clinipam Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas incorporadas foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de novembro de 2020, com data-base 31 de outubro de 2020.

g) Incorporação - Mediplan Assistencial Ltda., Hospital Samaritano Ltda. e Hospital e Maternidade Samaritano Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de dezembro de 2020, foi aprovado o protocolo de incor poração e justificação para incorporação das empresas Mediplan Assistencial Ltda., Hospital Samaritano Ltda. e Hospital e Maternidade Samaritano Ltda., pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas incorporadas foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de dezembro de 2020, com data-base 30 de novembro de 2020.

a) A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Organograma societário em 31 de dezembro de 2020



3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia e de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2021.

b) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2020. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantam a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulte em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras e notas explicativas das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

As controladas incluídas na consolidação, todas com sede no Brasil, são as seguintes:

	Principal atividade	Data de aquisição	Data de incorporação	Participação acionária 31 de dezembro de 2020 Direta	2020 Indireta	2019 Direta	2019 Indireta
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Plano de saúde	–	–	100,00%	–	100,00%	–
Hospital São Bernardo S.A.	Saúde	23/02/2017	–	–	100,00%	–	100,00%
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	Saúde	05/04/2019	–	100,00%	–	100,00%	–
Mediplan Assistencial Ltda.	Plano de saúde	29/05/2019	01/12/2020	–	–	–	100,00%
Hospital e Maternidade Samaritano Ltda.	Saúde	29/05/2019	01/12/2020	–	–	–	100,00%
Hospital Samaritano Ltda.	Saúde	29/05/2019	01/12/2020	–	–	–	100,00%
Belo Dente Odontologia Ltda.	Odontologia	04/07/2019	01/04/2020	–	–	–	100,00%
SMEDJ - Servços Médicos São José Ltda.	Plano de saúde	18/11/2019	03/08/2020	–	–	–	100,00%
Nanci & Cia Ltda.	Saúde	18/11/2019	03/08/2020	–	–	–	100,00%
Ghelfond Participações S.A.	Holding	28/11/2019	01/09/2020	–	–	–	100,00%
C & M Associados e Serviços Ltda.	Laboratorial	28/11/2019	01/09/2020	–	–	–	100,00%
Ultra Diagnóstico Ltda.	Laboratorial	28/11/2019	01/09/2020	–	–	–	100,00%
Slim Bem Estar e Saúde Cliníca Médica Ltda.	Laboratorial	28/11/2019	01/09/2020	–	–	–	100,00%
Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda.	Laboratorial	28/11/2019	01/09/2020	–	–	–	100,00%
Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda.	Laboratorial	28/11/2019	01/09/2020	–	–	–	100,00%
Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda.	Laboratorial	28/11/2019	01/09/2020	–	–	–	100,00%
Medix Diagnóstico Ltda.	Laboratorial	28/11/2019	01/09/2020	–	–	–	100,00%
São Lucas Saúde S.A.	Plano de saúde	23/01/2020	–	–	100,00%	–	–
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	Saúde	23/01/2020	–	–	100,00%	–	–
Clínica São Lucas Ltda.	Saúde	23/01/2020	–	–	87,07%	–	–
Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	Plano de saúde	07/02/2020	–	–	100,00%	–	–
Centro De Diagnóstico Bom Jesus Ltda.	Laboratorial	07/02/2020	01/11/2020	–	–	–	–
Ônix Centro Médico Ltda.	Saúde	07/02/2020	01/11/2020	–	–	–	–
Hospital Ônix Mateus Leme Ltda.	Saúde	07/02/2020	01/11/2020	–	–	–	–
Gralha Azul Administração E Participação Ltda.	Holding	07/02/2020	–	–	100,00%	–	–
Odontopam Assistência Médica Odontológica Integrada Ltda.	Odontologia	07/02/2020	01/11/2020	–	–	–	–
Ecole Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	13/04/2020	01/10/2020	–	–	–	–
Laboratório de Análises Clínicas - Labclin Ltda.	Laboratorial	13/04/2020	01/09/2020	–	–	–	–
Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda.	Saúde	20/05/2020	–	–	98,99%	–	–
SMV- Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	24/08/2020	–	–	99,30%	–	–
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	Saúde	24/08/2020	–	–	99,40%	–	–
Incord - Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	–	–	100,00%	–	–
Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	–	–	93,35%	–	–
Hospital e Maternidade Santa Brigida S.A.	Saúde	23/10/2020	–	–	97,02%	–	–
Lifeday Planos de Saúde Ltda.	Plano de saúde	01/12/2020	–	–	100,00%	–	–

c) Pandemia Coronavírus - COVID-19

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº 03/2020, diante do cenário atual que o mundo e nosso país atravessam por conta da pandemia da COVID-19, a Companhia procurou avaliar os possíveis impactos relevantes nas suas operações, com o objetivo de verificar os reflexos a partir das Informações Financeiras Intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2020 e divulgações futuras.

No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de coronavírus, paralisações decorrentes do distanciamento social foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Essas paralisações impactaram diversos segmentos da economia nacional, dentre os principais, o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços.

Uma vez que o processo de desaceleração ocorreu com maior intensidade a partir dos últimos 10 dias de março, não havíamos identificado nenhuma movimentação atípica nos resultados operacionais ou no fluxo de caixa do primeiro trimestre de 2020.

Porém, ao se analisar o comportamento dos principais indicadores operacionais e financeiros durante o segundo trimestre de 2020, quando estavam plenamente em vigor as medidas de distanciamento social (principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentram parte relevante de nossas atividades), identificamos impactos que geraram um efeito positivo nos resultados de nossas operações.

No terceiro trimestre de 2020 percebemos que os mesmos movimentos continuaram acontecendo, porém com impactos significativamente menores que os verificados no segundo trimestre, uma vez que, identificamos uma crescente tendência em direção à volta da normalidade em diversas atividades médicas.

Ao longo do quarto trimestre de 2020, com o ressurgimento de uma "segunda onda" da COVID nos principais mercados onde atuamos, vivenciamos um comportamento diferente dos pacientes, que continuaram a buscar os serviços de saúde para manutenção de seus tratamentos de rotina e/ou eletivos. Com isto, não somente os gastos com exames, mas também a procura por serviços hospitalares alcançou patamares superiores à média histórica. Esta diferença de comportamento se tornou ainda mais exacerbada durante o mês de dezembro, que historicamente possui uma sazonalidade baixa, mas que excepcionalmente em 2020 representou o mês de maior frequência de internações e procedimentos por conta da convivência dos pacientes regulares com os pacientes em tratamento da COVID.

A seguir, descreveremos os principais impactos observados durante o quarto trimestre.

Reajuste dos Planos de Saúde

De acordo com o Comunicado Nº 85, de 31 de agosto de 2020, a ANS postergou a aplicação dos reajustes dos contratos de plano de saúde para o ano de 2021. Contudo, os respectivos reajustes foram reconhecidos como "Receita" de acordo com o IFRS 15, de forma que não houve impacto no Resultado do Exercício. Esta postergação gerou um impacto no caixa da companhia, não relevante, que será realizado ao longo do ano de 2021.

Serviços hospitalares para outros convênios:

Ao longo dos meses de outubro a dezembro de 2020, observamos um movimento menor do que o histórico nos atendimentos a pacientes de outros planos de saúde, justificada por uma estratégia de enfrentamento da pandemia que privilegiou a preservação de leitos próprios em caso de eventual necessidade de atendimento a beneficiários da Companhia e de suas controladas. Esta queda nos atendimentos a pacientes de outros convênios permitiu a liberação de capacidade de leitos próprios de internação e, principalmente, de UTI, que foram sendo ocupados com nossos pacientes com suspeita ou confirmação de COVID.

Custos médicos de saúde e odontologia:

Utilizando-se como premissa nossos principais indicadores operacionais históricos, ajustados para a sazonalidade desta época do ano, continuamos notando uma utilização menor de nossos beneficiários nos procedimentos de odontologia.

Quanto aos atendimentos de saúde (ambulatoriais e internações), vivenciamos o retorno progressivo rumo à normalidade dos procedimentos de rotina e eletivos, que passaram a conviver com um crescente número de pacientes COVID, levando a uma maior utilização desses procedimentos quando comparado ao terceiro trimestre de 2020 e também com o mesmo período de 2019, notadamente durante o mês de dezembro de 2020.

Risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros:

Com progressivo retorno à normalidade dos principais mercados financeiros globais, o impacto da marcação a mercado, principalmente de alguns fundos de investimento ANS, constituídos para fins de lastro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, foi sensivelmente reduzido.

Risco relacionado à recuperabilidade do ativo imobilizado/intangível:

No quarto trimestre de 2020, a Companhia contratou empresa de consultoria independente e especializada para avaliar a recuperabilidade do ativo imobilizado/intangível. O laudo emitido não apresentou indicadores de *impairment*.

Risco de perda nos estoques:

A Companhia e suas Controladas mantêm um controle muito rigoroso do giro médio dos estoques de medicamentos e dos prazos de validade. Com a redução dos serviços médicos, especialmente cirurgias, houve uma diminuição no consumo, mas não impactando na validade dos lotes. Com a retomada gradual dos serviços médicos, nossos níveis de estoque já voltaram à normalidade e não identificamos nenhuma necessidade de lançamentos para perda. O incremento no saldo de balanço dos estoques consolidados é fruto principalmente das novas operações adquiridas que trouxeram 7 novos hospitais e também por estoques de materiais de proteção aos nossos médicos e colaboradores.

Risco de continuidade operacional:

Os primeiros meses da pandemia trouxeram muita incerteza para os principais agentes econômicos, especialmente para as empresas. Neste período que coincidiu com o segundo trimestre de 2020, notamos um movimento mais acelerado de demissões, que acabam por pressionar nossa base de pacientes ativos. Ainda assim, durante o trimestre mais crítico da pandemia, nossa base de clientes continuou a crescer graças aos esforços comerciais e concluímos o ano de 2020 com um crescimento orgânico de nossa base de clientes. Nosso faturamento e ticket médio também continuaram sua trajetória de aumento, apesar da postergação dos reajustes para pessoas físicas e clientes PME ao longo de alguns meses de 2020.

Com as medidas de flexibilização adotadas pelos governos estaduais a partir do terceiro trimestre, passamos a notar um aumento pela procura dos atendimentos ambulatoriais, que se aproximam de nossos indicadores médios históricos. Ao mesmo tempo, durante o quarto trimestre observamos um aumento progressivo nos atendimentos a pacientes portadores de sintomas da COVID-19, notadamente no mês de dezembro, em todas as praças que atuamos.

Os reais impactos dessas atuais tendências são impossíveis de serem quantificados pois vão depender não somente (i) da evolução da curva da própria doença; (ii) da velocidade de vacinação da população e das respostas às diferentes vacinas; (iii) de novos protocolos de tratamento para os pacientes com COVID que poderão demandar novas medicações, mas principalmente das medidas que vierem a ser implementadas pelos governos, que terão o condão de afetar não somente; (iv) a velocidade de disseminação do vírus, mas também; (v) a atividade econômica, e por consequência o emprego. E, por se tratar de uma enfermidade nova, é difícil prever com exatidão quando se dará o retorno pleno à normalidade.

Embora seja esperado que a COVID-19 continue a impactar a atividade econômica mundial e a local, até a data de divulgação destas demonstrações financeiras não identificamos um aumento na inadimplência de nossos clientes e tampouco solicitações de cancelamento ou modificações dos contratos, ainda que a manutenção do cenário macroeconômico adverso possa continuar a impactar negativamente o emprego no país, e consequentemente o número de beneficiários de saúde privada no Brasil.

Acreditamos que, por estarmos oferecendo serviços de saúde de natureza essencial, em especial em tempos de pandemia, não tivemos o impacto no risco de crédito, exceto por algumas negociações pontuais com alguns clientes, nas quais houve diferimento das mensalidades e já estão refletidas conforme nota explicativa 9.

Com relação a gestão da liquidez, a Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, inclusive os relacionados à garantia das provisões técnicas. É importante mencionar que em 31 de dezembro de 2020, nossa posição de ativos de liquidez imediata, classificados como Caixa e equivalentes de caixa, corresponde a R$ 2.453.206, conforme nota explicativa 7, enquanto nossos compromissos de endividamento possuem um prazo médio de vencimento da dívida bruta de 4 anos, conforme nota explicativa 20 e 21.

A Companhia e sua controlada Notre Dame Intermédica Saúde, possuem debêntures que contêm *covenants* financeiros, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação entre dívida líquida pelo EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurados a cada três meses. Em 31 de dezembro de 2020, a BCBF Participações e a Notre Dame Intermédica Saúde se encontravam adimplentes com os *covenants*.

Nos primeiros meses de 2021 a Companhia e suas subsidiárias iniciaram um amplo programa de vacinação dos seus funcionários da linha de frente de atendimento hospitalar e ambulatorial em todas as regiões que atuamos, de acordo com as diretrizes das respectivas secretarias de saúde locais.

A extensão em que a COVID-19 afetará os negócios, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Companhia e suas Controladas dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, ser razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução da COVID-19 e/ou as ações de governo e outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Companhia e suas Controladas monitoram continuamente a situação o mais próximo possível e estão avaliando ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementando medidas que mitiguem potenciais riscos existentes.

d) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelo IFRS, sendo apresentada em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma suplementar para fins de IFRS.

e) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional definida para a Companhia e suas controladas.

f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- perda de recuperabilidade sobre créditos;
- recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- direito de uso (arrendamentos);
- transações com pagamentos baseados em ações;
- provisões técnicas;
- provisões para ações judiciais; e
- Teste de Adequação de Passivo *(Liability Adequacy Test* - LAT).

g) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- está mantido essencialmente para propósito de ser negociado.
- espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

h) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companh

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Para efeitos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalente de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

• Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

• Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do exercício.

A Companhia reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, títulos públicos e aplicações financeiras com garantias classificadas como títulos e valores mobiliários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

• Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.

• Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.

• Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Companhia está predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde e odontológico e que são relacionados com seguros.

A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Companhia avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

Passivos financeiros

Classificação e reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivo financeiro ao custo amortizado e acrescidos do custo de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos financeiros a mensuração subsequente será:

• Custo amortizado

Os passivos financeiros classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

• Valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do exercício.

c) Perda de recuperabilidade sobre créditos

As Controladas da Companhia constituem provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 322/2013 alterado pela RN nº 435/2018.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para os saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo ou de curto prazo são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

e) Despesas de comercialização diferidas (*DAC - Deferred Acquisition Cost*)

As despesas de comercialização que se referem aos agenciamentos são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas", de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13, alterada pela RN nº 435/2018. Em 2020, por meio do último estudo técnico realizado, a Companhia e suas controladas mantiveram o diferimento das despesas pelo prazo de até 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas "Despesas de Comercialização Diferidas", no ativo circulante, que compreende o saldo de até 12 meses, e no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

f) Investimento - Controladora

A participação societária que a Companhia possuí em suas controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

g) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído(a) na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear e pelas taxas mencionadas na nota explicativa 18 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável (*impairment),* o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs ou grupos de UGCs) da Companhia, que se beneficiarão das sinergias da combinação.

As UGCs às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de *impairment* ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar *impairment*. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por *impairment* é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Devido às atividades operacionais das controladas da Companhia certas provisões são requeridas, conforme abaixo:

• A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012, 393/2015 e 442/2018, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

• A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pelas RNs 322/2013 e 435/2018).

• A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

• A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS - Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica "Sistema Único de Saúde - SUS" - (nota explicativa 28) em contrapartida "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde" (registrado na rubrica "Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS" - nota explicativa 22) no passivo circulante e não circulante.

• Provisão de eventos ocorridos e não avisados no SUS - PEONA SUS - refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do Sistema SUS e que não tenham sido avisados. Esta provisão foi estabelecida conforme a RN 442/2018, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

• Provisão para Insuficiência de Contraprestação - PIC - refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, conforme a RN 442/2018, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Conforme RN 227/2010 alterada pelas RNs 329/2013 e 392/2015, 419/16, 427/17 e 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

l) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; a similaridade com processos anteriores; a complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

m) Tributos diretos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

• quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro e/ou prejuízo fiscal;

• sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo;

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

• quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);

• sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23)

Em dezembro de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, que equivale à IFRIC 23. A interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro.

A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito do IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

• se a Companhia e suas controladas consideram tratamentos tributários incertos separadamente;

• as suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;

• como a Companhia determina lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas dos impostos;

• como a Companhia considera as mudanças nos fatos e nas circunstâncias.

A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, corrente e diferido da Companhia e de suas controladas e concluiu que é provável a aceitação pelas autoridades fiscais e, portanto, sem impacto na aplicação dessa interpretação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

n) Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

• a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e

• a data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se à taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado.

Os participantes do plano de benefícios pós emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas controladas.

o) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para todas as operações de arrendamentos, exceto para:

• arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório) e;

• arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades de financiamento.

A Companhia, com base em avaliações, identificou que o maior impacto produzido por essa norma foi relacionado ao reconhecimento no balanço patrimonial do direito de uso e passivos de arrendamento dos contratos de imóveis locados de terceiros, veículos e equipamentos, com prazos de vigência superiores a 12 meses enquadrados nos critérios estabelecidos pela norma.

Anualmente ou quando há mudanças significativas, a Companhia e suas controladas remensuram a taxa de desconto à cada carteira de arrendamento para os novos contratos ou que apresentaram alterações em suas características iniciais. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa inicial incrementada pelo risco foi de 4,48% a.a. aplicada de acordo com o prazo de vencimento dos contratos.

p) Lucro por ação

• Lucro básico

O cálculo do lucro básico por ação é elaborado por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela média ponderada das ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

• Lucro diluído

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

q) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado em Assembleia.

r) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 - Contratos com clientes.

I. Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 22, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

II. Receitas de contratos com clientes

• Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável

A Companhia possuiu dois tipos de glosas:

• internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;

• externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e que por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir e, dependendo do método, a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

• O valor esperado: é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;

• O valor mais provável: é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação;

• Variável: se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

III. Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

s) Segmentação

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia e suas controladas responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

As informações por segmento da Companhia estão basicamente segregadas em:

(i) saúde - prestação de serviços nos campos da medicina, medicina social, hospitalar e ocupacional, subdividida em Saúde Sudeste e Saúde Sul.

(ii) odontológico - prestação de serviço no campo de odontologia.

Apresentamos o detalhamento na nota explicativa 31.

t) Teste de adequação de passivos (*Liability Adequacy Test - LAT*)

O CPC 11/IFRS4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data-base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

u) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.

Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, às circunstâncias econômicas e às condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição.

As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considera um ativo ou um passivo e deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao se apurar o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

5.1. Aquisição Grupo Clinipam

Em 7 de fevereiro de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição do Grupo Clinipam e assumiu o controle das empresas Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda., Centro de Diagnóstico Bom Jesus Ltda., Ônix Centro Médico Ltda., Hospital Ônix Mateus Leme Ltda., Gralha Azul Administração e Participação Ltda. e Odontopam Assistência Médica Odontológica Ltda.

O valor da aquisição foi de R$ 2.642.343, conforme termo de fechamento assinado em 7 de fevereiro de 2020, sendo uma parcela à vista de R$ 2.452.343, divididos em parcela paga em dinheiro no montante de R$ 2.210.000, pagamento com 3.365.870 ações da Companhia no montante equivalente de R$ 242.343. Adicionalmente, houve uma parcela retida intermediária no montante de R$ 40.000, paga integralmente por sua Controlada, e uma parcela remanescente de R$ 150.000, a ser paga até 7 de fevereiro de 2026, com pagamentos intermediários a partir do segundo aniversário. O objetivo da parcela retida intermediária é fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Clinipam.

O laudo de avaliação é preliminar e sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

Parcela à vista	2.452.343
Parcela Intermediária	40.000
Parcela Retida	150.000
Contraprestação Líquida	**2.642.343**

A aquisição foi aprovada em 14 de janeiro de 2020 pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS por meio do ofício nº 1/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 3 de janeiro de 2020, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.005661/2019-64.

Apresentamos a seguir o resumo da contraprestação paga para adquirir o Grupo Clinipam e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo	
Circulante	**149.224**
Caixa e equivalentes de caixa	10.704
Aplicações financeiras	78.605
Contas a receber de clientes	57.762
Estoques	6
Créditos tributários e previdenciários	2
Outros ativos circulante	2.145
Não circulante	**359.925**
Impostos diferidos ativo	26.473
Depósitos judiciais	28.787
Imobilizado [1]	153.745
Direitos de uso	4.380
Intangível [2]	124.122
Ativo Inden

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

5.2. Aquisição Grupo São Lucas

Em 23 de janeiro de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição do Grupo São Lucas e assumiu o controle das empresas São Lucas Saúde S.A., São Lucas Serviços Médicos Ltda. e Clínica São Lucas.

O valor da aquisição foi de R$ 376.849, conforme termo de fechamento assinado em 23 de janeiro, sendo uma parcela à vista de R$ 306.849 e, uma parcela intermediária de R$ 20.000 paga em 27 de maio de 2020, permanecendo uma parcela retida até 23 de janeiro de 2026 no montante de R$ 50.000 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.

O laudo de avaliação é preliminar e sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

Parcela à vista	306.849
Parcela intermediária	20.000
Parcela retida[1]	50.000
Total da contraprestação	**376.849**
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(5.626)
Contraprestação líquida	**371.223**

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo São Lucas.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo São Lucas e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo	
Circulante	**70.861**
Caixa e equivalentes de caixa	9.417
Aplicações financeiras	53.147
Contas a receber de clientes	6.077
Estoques	1.845
Créditos tributários e previdenciários	83
Outros ativos circulante	292
Não circulante	**168.840**
Impostos diferidos ativo	11.148
Depósitos judiciais	120
Outros ativos não circulante	3.878
Investimento	420
Imobilizado [2]	27.109
Direitos de uso	3.944
Intangível[3]	109.482
Ativo Indenizatório	12.739
Total do ativo	**239.701**
Passivo	
Circulante	**36.480**
Fornecedores	552
Salários a pagar	3.060
Tributos e encargos sociais a recolher	2.740
Empréstimos e financiamentos a pagar	402
Provisões de imposto de renda e contribuição social	1.759
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	21.288
Arrendamentos	251
Outros passivos circulante	6.428
Não circulante	**36.456**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	406
Provisões para tributos diferidos	104
Provisões para ações judiciais	12.166
Arrendamentos	3.840
Outros passivos não circulante	19.940
Total do passivo	**72.936**
Total do ativo/passivo adquirido	**166.765**
Ágio gerado na transação	**204.458**
Total contraprestação líquida	**371.223**

[1] Parcela retida - o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos a partir da data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação da Selic. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face às condições econômicas do Grupo.

[2] Imobilizado - o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R$ 20.752, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais-valia de R$ 6.357. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R$ 27.109.

[3] Intangível - o ativo intangível adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R$ 73, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais-valia da carteira de R$ 109.409. O valor justo do intangível na data de aquisição foi de R$ 109.482.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo São Lucas (combinação de negócios), mensurados a valor justo, conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Grupo São Lucas
Carteira de clientes	Método de renda	109.409
Imobilizado	Valor de mercado	6.357
Ágio	Valor justo	204.458

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível	**Valor alocado intangível**	**Vida útil**
Carteira de clientes	109.409	9 a 12 anos
Total alocado	**109.409**	
Ágio não alocado	204.458	Indefinida
Total intangível	**313.867**	

Em acordo dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Grupo São Lucas foi consolidado a partir de 1° de janeiro de 2020. A contribuição com a receita liquida na demonstração financeira para o período é de R$ 299.013, sendo R$ 292.585 representada por 87,07% da Companhia e R$ 6.428 representada por 12,93% distribuída aos não controladores e com um lucro líquido de R$ 28.101 representado por 87,07% da Companhia, para o mesmo período.

5.3. Aquisição Ecole Serviços Médicos Ltda.

Em 13 de abril de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição da empresa Ecole Serviços Médicos Ltda. e assumiu o controle da empresa.

O valor da aquisição foi de R$ 49.000, conforme termo de fechamento, sendo uma parcela à vista de R$ 37.750 e, permanecendo uma parcela retida até 13 de maio de 2026 no montante de R$ 11.250 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

O laudo de avaliação é preliminar e sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

Parcela à vista	37.750
Parcela retida[1]	11.250
Total da contraprestação	**49.000**
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(1.659)
Contraprestação líquida	**47.341**

A aquisição foi aprovada em 17 de março de 2020 pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS por meio do ofício nº 28/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Operadora Ecole.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a empresa Ecole Serviços Médicos Ltda. e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo	
Circulante	**21.219**
Caixa e equivalentes de caixa	432
Aplicações financeiras	13.834
Contas a receber de clientes	6.141
Créditos tributários e previdenciários	143
Outros ativos circulante	669
Não circulante	**18.422**
Impostos diferidos ativo	530
Imobilizado [2]	229
Direitos de uso	1.699
Intangível [3]	15.039
Ativo indenizatório	925
Total do ativo	**39.641**
Passivo	
Circulante	**22.870**
Fornecedores	1.217
Salários a pagar	447
Tributos e encargos sociais a recolher	547
Provisões de imposto de renda e contribuição social	61
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	18.376
Arrendamentos	691
Outros passivos circulante	1.531
Não circulante	**4.951**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	2.328
Provisões para ações judiciais	925
Arrendamentos	1.137
Outros passivos não circulante	561
Total do passivo	**27.821**
Total do ativo/passivo adquirido	**11.820**
Ágio gerado na transação	**35.521**
Total contraprestação líquida	**47.341**

[1] Parcela retida - o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos a partir da data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face às condições econômicas do Grupo.

[2] Imobilizado - o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais-valia de R$ 229. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R$ 229.

[3] Intangível - o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais-valia da carteira de clientes de R$ 15.039. O valor justo do intangível na data de aquisição foi de R$ 15.039.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Operadora Ecole (combinação de negócios), mensurados a valor justo, conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Ecole
Carteira de clientes	Método de renda	15.039
Imobilizado	Valor de mercado	229
Ágio	Valor justo	35.521

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível	**Valor alocado intangível**	**Vida útil**
Carteira de clientes	15.039	6 a 7 anos
Total alocado	**15.039**	
Ágio não alocado	35.521	Indefinida
Total intangível	**50.560**	

Em acordo dos quotistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos quotistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado gerou valor de receitas pela Operadora Ecole de R$ 42.514. A Operadora também contribuiu com um lucro líquido de R$ 89.

Se a Operadora Ecole tivesse sido consolidada a partir de 1° de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R$ 64.508 e lucro líquido proforma de R$ 310. Essas informações de receita líquida e resultado foram obtidas mediante a simples agregação dos valores da Empresa adquirida e adquirente e não representam os valores reais consolidados para o ano.

5.4. Aquisição Laboratório de Análises Clínicas Lab-Clin Ltda.

Em 13 de abril de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição da empresa Laboratório de Análises Clínicas Lab-Clin Ltda. e assumiu o controle da empresa.

O valor da aquisição foi de R$ 7.443, pago à vista conforme termo de fechamento.

O laudo de avaliação é preliminar e sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

Parcela à vista	7.443
Contraprestação líquida	**7.443**

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Lab-Clin.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a empresa Laboratório de Análises Clínicas Lab-Clin Ltda. e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo	
Circulante	**1.372**
Caixa e equivalentes de caixa	66
Aplicações financeiras	1.227
Contas a receber de clientes	29
Outros ativos circulante	50
Não circulante	**3.478**
Aplicações financeiras	1.636
Imobilizado [1]	1.008
Direitos de uso	834
Total do ativo	**4.850**
Passivo	
Circulante	**1.201**
Fornecedores	87
Salários a pagar	417
Tributos e encargos sociais a recolher	109
Provisões de imposto de renda e contribuição social	18
Arrendamentos	201
Outros passivos circulante	369
Não circulante	**678**
Arrendamentos	678
Total do passivo	**1.879**
Total do ativo/passivo adquirido	**2.971**
Ágio gerado na transação	**4.472**
Total contraprestação líquida	**7.443**

[1] Imobilizado - o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R$ 303, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais-valia de R$ 705. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R$ 1.008.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Lab-Clin (combinação de negócios), mensurados a valor justo, conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Lab-Clin
Imobilizado	Valor de mercado	705
Ágio	Valor justo	4.472

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível	**Valor alocado intangível**	**Vida útil**
Ágio não alocado	4.472	Indenfinida
Total intangível	4.472	

Em acordo dos quotistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos quotistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado gerou valor de receitas pela Lab-Clin de R$ 4.125. A Lab-Clin também contribuiu com um lucro líquido de R$ 858.

Se a Lab-Clin tivesse sido consolidado a partir de 1° de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R$ 7.274 e lucro líquido proforma de R$ 1.303. Essas informações de receita líquida e resultado foram obtidas mediante a simples agregação dos valores da Empresa adquirida e adquirente e não representam os valores reais consolidados para o ano.

5.5. Aquisição Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda.

Em 20 de maio de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição do Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda. e assumiu o controle da empresa.

O valor da aquisição foi de R$ 65.710, conforme contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, sendo uma parcela à vista de R$ 52.110. Deste valor foi descontado o montante correspondente a dívida líquida de R$ 22.948, sendo o pagamento líquido efetivo de R$ 29.162 e permanecendo uma parcela retida até 13 de maio de 2026 no montante de R$ 13.600 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

O laudo de avaliação é preliminar e sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

Parcela à vista	29.162
Parcela Retida [1]	13.600
Total da contraprestação	42.762
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(1.986)
	40.776

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital Camboriú.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital Camboriú e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo	
Circulante	**4.967**
Caixa e equivalentes de caixa	50
Contas a receber de clientes	4.223
Estoques	586
Créditos tributários e previdenciários	108
Não circulante	**30.346**
Impostos diferidos ativo	233
Investimento	16
Imobilizado [2]	29.262
Direitos de uso	247
Ativo Indenizatório	588
Total do ativo	**35.313**
Passivo	
Circulante	**14.152**
Fornecedores	4.936
Salários a pagar	1.963
Tributos e encargos sociais a recolher	2.754
Empréstimos e financiamentos a pagar	3.608
Arrendamentos	157
Outros passivos circulante	734
Não circulante	**16.146**
Tributos e encargos sociais a recolher	8.454
Empréstimos e financiamentos a pagar	1.650
Provisões para tributos diferidos	1.324
Provisões para ações judiciais	588
Arrendamentos	140
Outros passivos não circulante	3.990
Total do passivo	**30.298**
Total do ativo/passivo adquirido	**5.015**
Ágio gerado na transação	**35.761**
Total contraprestação líquida	**40.776**

[1] Parcela retida - o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos a partir da data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

[2] Imobilizado - o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R$ 16.750, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais-valia de R$ 12.512. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R$ 29.262.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital Camboriú (combinação de negócios), mensurados a valor justo, conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Hospital Camboriú
Imobilizado	Valor de mercado	12.512
Ágio	Valor justo	35.761

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível	**Valor alocado intangível**	**Vida útil**
Ágio não alocado	35.761	Indefinida
Total intangível	**35.761**	

Em acordo dos quotistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos quotistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado gerou valor de receitas pelo Hospital Camboriú de R$ 30.319, sendo R$ 30.013 representada por 98,99% da Companhia e R$ 306 representada por 1,01% distribuída aos não controladores. O Hospital também contribuiu com um lucro líquido de R$ 1.854, sendo R$ 1.835 representado por 98,99% da Companhia e R$ 19 representado por 1,01% distribuído aos não controladores.

Se o Hospital Camboriú tivesse sido consolidado a partir de 1° de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R$ 42.285, sendo R$ 41.858 representada por 98,99% da Companhia e R$ 427 representada por 1,01% distribuída aos não controladores e lucro líquido proforma de R$ 4.126, sendo R$ 4.084 representado por 98,99% da Companhia e R$ 42 representado por 1,01% distribuído aos não controladores. Essas informações de receita líquida e resultado foram obtidas mediante a simples agregação dos valores da Empresa adquirida e adquirente e não representam os valores reais consolidados para o ano.

5.6. Aquisição Grupo Santa Mônica

Em 24 de agosto de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição do Grupo Santa Mônica e assumiu o controle das empresas, SMV- Serviços Médicos Ltda., Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A., Incord - Instituto de Neurologia e do Coração de Divinópolis Ltda. e Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.

O valor da aquisição foi de R$ 220.306, conforme termo de fechamento foi descontado o valor da dívida líquida no montante de R$ 14.089, ficando uma contraprestação líquida de R$206.218, na assinatura do termo de fechamento foi efetuado pagamento de uma parcela à vista de R$ 97.366 e permanecendo um montante de R$ 108.851 que será pago em 6 parcelas anuais conforme determinado em cláusula contratual.

O laudo de avaliação é preliminar e sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

Parcela à vista	97.366
Parcela retida[1]	108.851
Contraprestação Líquida	**206.217**
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(15.848)
Contraprestação líquida	**190.369**

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Santa Mônica.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Santa Mônica e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo	
Circulante	**29.377**
Caixa e equivalentes de caixa	3.170
Aplicações financeiras	18.719
Contas a receber de clientes	3.466
Estoques	1.864
Outros ativos circulante	2.158
Não circulante	**107.730**
Impostos diferidos ativo	206
Depósitos judiciais	3.787
Investimento	5
Imobilizado [2]	94.021
Direitos de uso	569
Intangível [3]	7.095
Ativo Indenizatório	2.047
Total do ativo	**137.107**
Passivo	
Circulante	**53.093**
Fornecedores	4.299
Salários a pagar	4.042
Tributos e encargos sociais a recolher	3.467
Empréstimos e financiamentos a pagar	22.669
Provisões de imposto de renda e contribuição social	983
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9.085
Arrendamentos	368
Outros passivos circulante	8.180
Não circulante	**9.184**
Tributos e encargos sociais a recolher	221
Empréstimos e financiamentos a pagar	4.323
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	2.612
Provisões para ações judiciais	1.789
Arrendamentos	239
Total do passivo	**62.277**
Total do ativo/passivo adquirido	**74.830**
Ágio gerado na transação	**115.539**
Total contraprestação líquida	**190.369**

[1] Parcela retida - o contrato prevê retenção de parcelas do preço de aquisição com vencimento anual pelo período de 6 anos a partir da data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

[2] Imobilizado - o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R$ 59.469, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais-valia de R$ 22.820. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R$ 94.021.

[3] Intangível - o ativo intangível adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R$ 389, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais-valia da carteira de R$ 6.706. O valor justo do intangível na data de aquisição foi de R$ 7.095.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Santa Mônica (combinação de negócios), mensurados a valor justo, conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Grupo Santa Mônica
Carteira de clientes	Método de renda	6.706
Imobilizado	Valor de mercado	34.552
Ágio	Valor justo	115.539

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível	**Valor alocado intangível**	**Vida útil**
Carteira de clientes	6.706	2 a 3 anos
Total alocado	**6.706**	
Ágio não alocado	115.539	Indefinida
Total intangível	**122.245**	

Em acordo dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos quotistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado gerou valor de receitas pelo Grupo Santa Mônica de R$ 56.374, e lucro líquido de R$ 1.523.

Se o Grupo Santa Mônica tivesse sido consolidado a partir de 1° de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R$ 94.756 e lucro líquido proforma de R$ 11.300. Essas informações de receita líquida e resultado foram obtidas mediante a simples agregação dos valores da Empresa adquirida e adquirente e não representam os valores reais consolidados para o ano.

5.7. Aquisição Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A.

Em 23 de outubro de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição do Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A. e assumiu o controle da empresa.

O valor da aquisição foi de R$ 30.969, conforme termo de fechamento, sendo uma parcela à vista de R$ 18.356, permanecendo uma parcela retida até outubro de 2026 no montante de R$ 12.613 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

O laudo de avaliação é preliminar e sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

Parcela à vista	18.356
Parcela retida[1]	12.613
Total da contraprestação	**30.969**
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(1.836)
Contraprestação líquida	**29.133**

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital e Maternidade Santa Brígida.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital e Maternidade Santa Brígida e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo	
Circulante	**6.593**
Caixa e equivalentes de caixa	46
Aplicações financeiras	4.119
Contas a receber de clientes	1.553
Estoques	257
Créditos tributários e previdenciários	348
Outros ativos circulante	270
Não circulante	**33.326**
Impostos diferidos ativo	754
Investimento	343
Imobilizado [2]	29.264
Direitos de uso	1.148
Intangível	40
Ativo Indenizatório	2.141
Total do ativo	**40.283**
Passivo	
Circulante	**22.326**
Fornecedores	3.482
Salários a pagar	2.483
Tributos e encargos sociais a recolher	4.019
Empréstimos e financiamentos a pagar	12.070
Arrendamentos	272
Não circulante	**17.378**
Tributos e encargos sociais a recolher	5.781
Provisões para tributos diferidos	8.500
Provisões para ações judiciais	2.145
Arrendamentos	952
Total do passivo	**39.704**
Total do ativo/passivo adquirido	**579**
Ágio gerado na transação	**28.554**
Total contraprestação líquida	**29.133**

[1] Parcela retida - o contrato prevê retenção de parcelas do preço de aquisição com vencimento anual pelo período de 6 anos a partir da data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI. Essa parcela

continua

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

[2] Imobilizado - o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R$ 29.223, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais-valia de R$ 41. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R$ 29.264.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital e Maternidade Santa Brígida (combinação de negócios), mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Hospital Santa Brígida
Imobilizado	Valor de mercado	41
Ágio	Valor justo	28.554

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia foram alocados da seguinte forma:

Intangível	Valor alocado intangível	Vida útil
Ágio não alocado	28.554	Indefinida
Total intangível	**28.554**	

Em acordo dos quotistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos quotistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado gerou valor de receitas pelo Hospital e Maternidade Santa Brígida de R$ 8.684 sendo R$ 8.425 representada por 97,02% da Companhia e 259 representada por 2,98% distribuída aos não controladores.

Se o Hospital e Maternidade Santa Brígida tivesse sido consolidado a partir de 1° de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R$ 33.021, sendo R$ 32.037 representada por 97,02% da Companhia e R$ 984 representada por 2,98% distribuída aos não controladores. Essa informação de receita líquida foi obtida mediante a simples agregação dos valores da Empresa adquirida e adquirente e não representam os valores reais consolidados para o ano.

5.8. Aquisição Lifeday Planos de Saúde Ltda.

Em 1º de dezembro de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição da Lifeday Planos de Saúde Ltda., e assumiu o controle da empresa.

O valor da aquisição foi de R$ 70.000, conforme termo de fechamento, sendo uma parcela à vista de R$ 32.753, parcela intermediária no montante de R$ 10.000 com vencimento em 9 de março de 2021, permanecendo uma parcela retida até dezembro de 2026 no montante de R$ 27.247 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	32.753
Parcela retida[1]	18.500
Total da contraprestação	**51.253**
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(1.306)
Contraprestação líquida	**49.947**

O laudo de avaliação é preliminar e sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Lifeday Planos de Saúde.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a Lifeday Planos de Saúde Ltda. e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo	
Circulante	**5.836**
Caixa e equivalentes de caixa	28
Aplicações financeiras	4.760
Contas a receber de clientes	947
Outros ativos circulante	101
Não circulante	**20.964**
Impostos diferidos ativo	179
Investimento	184
Imobilizado [2]	125
Intangível [3]	19.950
Ativo Indenizatório	526
Total do ativo	**26.800**
Passivo	
Circulante	**44.037**
Fornecedores	1.908
Tributos e encargos sociais a recolher	2.632
Empréstimos e financiamentos a pagar	1.092
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	38.290
Outros passivos circulante	115
Não circulante	**1.514**
Tributos e encargos sociais a recolher	988
Provisões para ações judiciais	526
Total do passivo	**45.551**
Total do ativo/passivo adquirido	**(18.751)**
Ágio gerado na transação	**68.698**
Total contraprestação líquida	**49.947**

[1] Parcela retida - o contrato prevê retenção de parcelas do preço de aquisição com vencimento anual pelo período de 6 anos a partir da data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação do IPCA. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

[2] Imobilizado - o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R$ 356, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma menos-valia de R$ 231. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R$ 125.

[3] Intangível - O laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais-valia da carteira de R$ 19.950. O valor justo do intangível na data de aquisição foi de R$ 19.950.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Lifeday Planos de Saúde Ltda (combinação de negócios), mensurados a valor justo, conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Lifeday
Carteira de clientes	Método de renda	19.950
Imobilizado	Valor de mercado	(231)
Ágio	Valor justo	68.698

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intagível	Valor alocado Intangível	Vida útil
Carteira de clientes	19.950	3 a 4 anos
Total alocado	**19.950**	
Àgio não alocado	68.698	Indefinida
Total intangível	**88.648**	

Em acordo dos quotistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos quotistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado gerou valor de receitas pela Lifeday Planos de Saúde Ltda., de R$ 8.059.

Se a Lifeday Planos de Saúde Ltda. tivesse sido consolidada a partir de 1° de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R$ 117.522. Essas informações de receita líquida e resultado foram obtidas mediante a simples agregação dos valores da Empresa adquirida e adquirente e não representam os valores reais consolidados para o ano.

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia detém o controle sobre suas controladas que operam exclusivamente com planos de saúde, redes próprias (hospitais e pronto atendimento) e planos odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com as deliberações do CPC 01 - Redução ao valor recuperável e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A Companhia e suas controladas procuram priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a RN nº 392/15, alteradas pelas RNs 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Companhia e de suas controladas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas procuram mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

		Consolidado			
				31 de dezembro de	
		2020		2019	
Liquidez	Aplicações financeiras	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	Aplicações financeiras	2.387.618	67,42%	3.330.315	72,16%
De 31 a 120 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	474.364	13,40%	95.096	2,06%
De 31 a 120 dias	Letras financeiras do Tesouro - LFT	19.430	0,55%	–	–
De 31 a 120 dias	Letras financeiras - LF	–	–	170.231	3,69%
De 121 a 240 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	14.583	0,41%	230.726	5,00%
De 241 a 360 dias	Letras financeiras do Tesouro - LFT	–	–	26.175	0,57%
De 241 a 360 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	125.700	3,55%	529.691	11,47%
De 241 a 360 dias	Letras financeiras - LF	–	–	21.682	0,47%
Acima de 361 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	30.002	0,85%	1.034	0,02%
Acima de 361 dias	Letras Tesouro Nacional - LTN	227.385	6,42%	112.451	2,44%
Acima de 361 dias	Letras financeiras do Tesouro - LFT	80.862	2,28%	98.040	2,12%
		181.340	5,12%	–	–
Acima de 361 dias	Letras financeiras - LF	3.541.284	100%	4.615.441	100%

Em conformidade com a Resolução Normativa(RN) nº 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, 427/17, 430/17 e 448/20 da ANS, as Controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., São Lucas Saúde S.A., Clinipam Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda., SMV - Serviços Médicos Ltda. e Lifeday Planos de Saúde Ltda. mantêm aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das reservas técnicas no montante de R$ 978.675 em 31 de dezembro de 2020 (2019 - R$ 678.595).

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

c. Risco cambial

Aplicações financeiras

A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente as aplicações financeiras em fundo cambial. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Companhia e de suas controladas em função da variação da moeda estrangeira na qual a aplicação se baseia. A controlada Notre Dame Intermédica Saúde tem exposição ao risco de variação cambial em aplicações financeiras, porém essa exposição não gera impacto relevante no resultado da Companhia e de suas controladas, uma vez que o montante registrado na rubrica de fundos cambiais é de R$ 43 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 1.075 em 31 de dezembro de 2019).

Empréstimos e financiamentos

Em 28 de novembro de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica adquiriu o Grupo Ghelfond, entre os ativos adquiridos e passivos assumidos a empresa Dr. Ghelfond possuía em seu passivo operações de empréstimos realizadas em moeda estrangeira por meio da Lei 4.131/62.

Atualmente registrada na controlada direta Notre Dame Intermédica Saúde S.A., após incorporação do Grupo Ghelfond em 1º de setembro de 2020, tal operação possui risco cambial e para se proteger de uma variação destas moedas frente ao Real foram contratados instrumentos derivativos - NDF- *Non-Deliverable Forward* (compra de *Financial Bond*), na mesma data da operação de captação. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de NDF é de R$ 4.133.

d. Risco de seguro

O modelo de negócio das controladas da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também analisam o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação à sua rentabilidade.

e. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e captação de debêntures.

A Companhia e suas controladas adotam a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

A ANS, por meio da RN nº 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, 427/17 e 430/17 em consonância com a Resolução do CMN nº 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabelece nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e, diante desta requisição, as Operadoras da Companhia têm efetuado aplicação em títulos públicos pré e pós-fixados.

O portfólio financeiro da Companhia e de suas controladas está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa 8.

As Companhias e suas controladas diretas e indiretas possuem captação em empréstimos, financiamentos e debêntures, ficando expostas à variação da taxa CDI + *spread* e TJLP. A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures está sendo apresentada nas notas explicativas 20 e 21, respectivamente.

A Companhia trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de *rating*:

Emissores	31 de dezembro de 2020	Rating nacional - longo prazo	31 de dezembro de 2019	Rating nacional - longo prazo
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.026.703	brAAA	1.598.085	A(bra)
Banco Bradesco S.A.	1.092.470	AAA(bra)	1.957.495	brAAA
Caixa Econômica Federal	73.824	AA(bra)	16.502	AAA
Itaú Unibanco S.A.	535.977	AAA(bra)	628.913	brAAA
Votorantim S.A.	284.913	AAA(bra)	120.449	brBBB-
Banco Safra S.A.	35.535	brAAA	191.741	brAAA
Banco Daycoval S.A.	50	AA(bra)	343	AA(bra)
Banco GMAC S.A.	–	–	24.869	brAAA
Banco do Brasil S.A.	370.362	AA(bra)	1.708	BB-(bra)
XP Investimentos	78.549	AA(bra)	–	–
BTG Pactual digital	–	–	3.311	AA(bra)
Greencred	2	AA(bra)	–	–
Uniprime	1.376	A(bra)	–	–
Citibank	2.430	–	72.025	–
Sicoob	37.982	AA-(bra)	–	–
Unicred	1.112	–	–	–
	3.541.285		**4.615.441**	

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros:

Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia e suas controladas adotaram taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas demonstrações financeiras, utilizando para SELIC e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2020.

						Consolidado						
							Redução dos juros				Aumento de juros	
	Indexador	Risco	% - a.a.	R$	Provável	Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
Caixas e equivalentes de caixa													
CDBs	CDI	Baixa CDI	3,77%	1.774.660	66.905	2,83%	50.223	1,89%	33.541	4,71%	83.586	5,66%	100.446
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	3,77%	497.515	18.756	2,83%	14.080	1,89%	9.403	4,71%	23.433	5,66%	28.159
Operações compromissadas	CDI	Baixa CDI	3,77%	115.402	4.351	2,83%	3.266	1,89%	2.181	4,71%	5.435	5,66%	6.532
Outros	SELIC	Baixa SELIC	4,00%	41	2	3,00%	1	2,00%	1	5,00%	2	6,00%	2
				2.387.618	**90.014**		**67.570**		**45.126**		**112.456**		**135.139**
Aplicações financeiras													
CDBs	CDI	Baixa CDI	3,77%	223.628	8.431	2,83%	6.329	1,89%	4.227	4,71%	10.533	5,66%	12.657
LFTs	SELIC	Baixa SELIC	4,00%	100.292	4.012	3,00%	3.009	2,00%	2.006	5,00%	5.015	6,00%	6.018
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	3,77%	421.021	15.872	2,83%	11.915	1,89%	7.957	4,71%	19.830	5,66%	23.830
LFs	CDI	Baixa CDI	3,77%	181.340	6.837	2,83%	5.132	1,89%	3.427	4,71%	8.541	5,66%	10.264
				926.281	**35.152**		**26.385**		**17.617**		**43.919**		**52.769**
Empréstimos e financiamentos													
BNDES	TJLP	Alta TJLP	4,47%	(1.047)	(47)	3,35%	(35)	2,24%	(23)	5,59%	(59)	6,71%	(70)
Capital de Giro	CDI + 2,6% a.a	Alta CDI	6,47%	(260.230)	(16.837)	5,50%	(14.313)	4,53%	(11.788)	7,44%	(19.361)	8,40%	(21.859)
Capital de Giro	CDI + 2,4% a.a	Alta CDI	6,26%	(279.166)	(17.476)	5,30%	(14.796)	4,33%	(12.088)	7,23%	(20.184)	8,19%	(22.864)
Capital de Giro	CDI + 2,3% a.a	Alta CDI	6,16%	(298.619)	(18.395)	5,19%	(15.498)	4,23%	(12.632)	7,12%	(21.262)	8,09%	(24.158)
Capital de Giro	CDI	Alta CDI	3,77%	(9.011)	(340)	2,83%	(255)	1,89%	(170)	4,71%	(424)	5,66%	(510)
Leasing	CDI	Alta CDI	3,77%	(2.885)	(109)	2,83%	(82)	1,89%	(55)	4,71%	(136)	5,66%	(163)
Nota promissória	CDI + 1,4% a.a	Alta CDI	5,22%	(278.677)	(14.547)	4,27%	(11.900)	3,31%	(9.224)	6,18%	(17.222)	7,13%	(19.870)
Coop. Crédito	CDI	Alta CDI	3,77%	(2.076)	(78)	2,83%	(59)	1,89%	(39)	4,71%	(98)	5,66%	(118)
Outros	CDI	Alta CDI	3,77%	(24.759)	(933)	2,83%	(701)	1,89%	(468)	4,71%	(1.166)	5,66%	(1.401)
				(1.156.470)	**(68.762)**		**(57.639)**		**(46.487)**		**(79.912)**		**(91.013)**
Debêntures													
Debêntures - BCBF (2ª)	CDI + 2,25% a.a.	Alta CDI	6,10%	(60.801)	(3.709)	5,14%	(3.125)	4,18%	(2.541)	7,07%	(4.299)	8,03%	(4.882)
Debêntures - BCBF (4º)	CDI + 2,65% a.a.	Alta CDI	6,52%	(752.837)	(49.085)	5,55%	(41.782)	4,58%	(34.480)	7,49%	(56.387)	8,45%	(63.615)
Debêntures - BCBF (5º)	CDI + 2,65% a.a.	Alta CDI	6,52%	(697.639)	(45.486)	5,55%	(38.719)	4,58%	(31.952)	7,49%	(52.253)	8,45%	(58.950)
Debêntures - Notre Dame (3ª)	CDI + 1,6% a.a.	Alta CDI	5,43%	(808.386)	(43.895)	4,47%	(36.135)	3,52%	(28.455)	6,39%	(51.656)	7,35%	(59.416)
				(2.319.663)	**(142.175)**		**(119.761)**		**(97.428)**		**(164.595)**		**(186.863)**
Obrigações Contratuais													
Obrigações Contratuais	CDI	Alta CDI	3,77%	(681.069)	(25.676)	2,83%	(19.274)	1,89%	(12.872)	4,71%	(32.078)	5,66%	(38.549)
Obrigações Contratuais	105% do CDI	Alta CDI	3,96%	(9.439)	(374)	2,97%	(280)	1,98%	(187)	4,95%	(467)	5,94%	(561)
Obrigações Contratuais	90% do CDI	Alta CDI	3,39%	(36.575)	(1.240)	2,54%	(929)	1,70%	(622)	4,24%	(1.551)	5,09%	(1.862)
Obrigações Contratuais	95% do CDI	Alta CDI	3,58%	(34.684)	(1.242)	2,69%	(933)	1,79%	(621)	4,48%	(1.554)	5,37%	(1.863)
Obrigações Contratuais	100% Selic	Alta Selic	4,00%	(47.390)	(1.896)	3,00%	(1.422)	2,00%	(948)	5,00%	(2.370)	6,00%	(2.843)
Obrigações Contratuais	IPCA	Alta IPCA	3,30%	(28.604)	(944)	2,48%	(709)	1,65%	(472)	4,13%	(1.181)	4,95%	(1.416)
				(837.761)	**(31.372)**		**(23.547)**		**(15.722)**		**(39.201)**		**(47.094)**

[1] Na coluna % a.a. (cenário provável), as taxas foram obtidas no site do Bradesco - Projeção Bradesco Longo Prazo publicada em 21 de janeiro de 2021.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	396	14.828	65.588	50.243
Aplicações de liquidez imediata[1]	789.423	3.202.682	2.387.618	3.330.315
	789.819	**3.217.510**	**2.453.206**	**3.380.558**

[1] As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significante risco de mudança de valor, e a Companhia e suas Controladas têm o direito de resgate imediato.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

		Consolidado					
				31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
		Vencimentos					
Valor justo por meio do resultado	Níveis	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Letras financeiras do Tesouro - LFT (i)	1	19.430	80.862	100.292	100.292	124.215	124.215
Letras Tesouro Nacional - LTN (i)	1	–	227.385	227.385	227.385	112.451	112.451
Certificado depósitos bancários - CDB (ii)	2	223.628	–	223.628	223.628	632.364	632.364
Operações compromissadas (iii)	2	–	–	–	–	10.603	10.603
Fundo de renda fixa abertos (iv)	2	421.021	–	421.021	421.021	212.464	212.464
Fundo cambial (iv)	2	–	–	–	–	1.075	1.075
Letras financeiras - LF (v)	2	–	181.340	181.340	181.340	191.913	191.913
Outros títulos de renda fixa	2	–	–	–	–	41	41
Total		**664.079**	**489.587**	**1.153.666**	**1.153.666**	**1.285.126**	**1.285.126**
			Circulante	1.001.019		1.285.126	
			Não circulante	152.647		–	

i. Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (Nível 1).

ii. A Companhia e suas controladas adotam como política realizar aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs (Nível 2).

iii. Operações compromissadas lastreadas em debêntures com os seguintes emissores: Banco Itaú, Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Safra S.A. (Nível 2).

iv. Os fundos são administrados pelo Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Itaú, Banco Safra S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal, Unicred e XP Investimentos (Nível 2).

v. As operações com letras financeiras foram contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo em títulos pós-fixados atrelados ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez de 2 anos (Nível 2).

As aplicações têm remunerações diárias vinculadas as taxas de acordo com a sua contratação, com vencimentos variáveis até setembro de 2025.

As aplicações da Companhia e de suas controladas estão classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Independentemente do vencimento, a Companhia e suas controladas contabilizam as aplicações financeiras no ativo circulante (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual, que é registrada no ativo não circulante).

Movimentação das aplicações financeiras

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	**1.285.126**	**959.056**
Saldo adquirido	176.047	141.006
Aplicações	15.041.759	7.549.906
Resgates	(15.405.731)	(7.448.872)
Receitas (Despesas) com variação cambial	(473)	657
Resultado financeiro	57.332	82.856
Ajuste a valor de mercado	(394)	517
Saldo final do exercício	**1.153.666**	**1.285.126**

Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes se refere às operações com plano de saúde e de serviços relacionados à assistência à saúde, gerados pelas operações de suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2020	2019
Contas a receber de clientes referentes a:		
Planos de assistência à saúde	395.423	221.367
Assistência à saúde não relacionados com planos de assistência à saúde	242.340	271.402
	637.763	**492.769**

Em decorrência da pandemia da COVID-19, conforme divulgado em site da rede de internet pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 08 de outubro de 2020 e pelo comunicado n° 85, a ANS efetuou a suspensão do reajuste de plano de saúde.

Esta suspensão abrangeu os planos contratados por pessoas físicas, para os quais a ANS divulga anualmente o percentual máximo de reajustes que será praticado pelas operadoras de saúde a esta modalidade.

Os planos contratados pelas médias e pequenas empresas (PME) e por adesão por meio de entidades de classes e outros, também tiveram a suspensão do reajuste dos contratos, sendo que essa cobrança efetivada será realizada ao cliente ao longo do exercício 2021, conforme orientações da ANS. O percentual do reajuste é mensurável e aplicável na data do aniversário do contrato, portanto, sendo foi aprovado pelos órgãos reguladores o reconhecimento desta receita.

As operadoras da Companhia efetuaram o reconhecimento no trimestre da receita, líquida de provisão para perda histórica.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição de contas a receber de clientes era:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2020	2019
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	447.271	258.171
(–) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(51.848)	(36.804)
	395.423	**221.367**

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2020	2019
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	261.624	279.562
(–) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(19.284)	(8.160)
	242.340	**271.402**
Contas a receber de clientes	**637.763**	**492.769**

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2020		
	Saldo	Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	259.537	(5.157)	254.380
Acima de 30 dias	24.805	(6)	24.799
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	45.342	(2.014)	43.328
De 31 a 90 dias	78.929	(6.013)	72.916
Acima de 90 dias	38.658	(38.658)	–
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**447.271**	**(51.848)**	**395.423**

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		
	Saldo	Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	97.380	(5.389)	91.991
Acima de 30 dias	18.500	(1)	18.499
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	55.565	(1.537)	54.028
De 31 a 90 dias	63.418	(6.569)	56.849
Acima de 90 dias	23.308	(23.308)	–
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**258.171**	**(36.804)**	**221.367**

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2020		
	Saldo	Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	49.719	(41)	49.678
Acima de 30 dias	46.169	(35)	46.134
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	25.554	(229)	25.325
De 31 a 90 dias	124.771	(3.568)	121.203
Acima de 90 dias	15.411	(15.411)	–
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	**261.624**	**(19.284)**	**242.340**

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		
	Saldo	Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	39.738	(2.063)	37.675
Acima de 30 dias	84.656	(10)	84.646
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	35.492	(17)	35.475
De 31 a 90 dias	113.810	(204)	113.606
Acima de 90 dias	5.866	(5.866)	–
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	**279.562**	**(8.160)**	**271.402**

Movimentação de contas a receber de clientes:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	**221.367**	**178.671**
Saldo adquirido	65.387	21.473
Contraprestações líquidas	10.424.104	7.741.757
Recebimentos	(10.210.560)	(7.656.031)
Reversão (Constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos	(10.601)	16.010

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Movimentação da perda de recuperabilidade sobre créditos:

	Consolidado		
	Planos de saúde	Não relacionado com plano de saúde	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**(36.804)**	**(8.160)**	**(44.964)**
Saldo adquirido	(7.080)	(3.965)	(11.045)
Reclassificação	2.528	(2.528)	–
Constituições	(489.647)	(139.150)	(628.797)
Reversões [1]	479.155	134.519	613.674
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(51.848)**	**(19.284)**	**(71.132)**

10. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	**364.833**	**256.310**
Saldo adquirido	–	5.013
Constituições	402.802	334.561
(–) Amortização	(294.068)	(231.051)
Saldo no final do exercício	**473.567**	**364.833**
Ativo circulante	244.009	186.085
Ativo não circulante	229.558	178.748

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2020	2019
Imposto de renda	66.285	58.672
Contribuição social sobre o lucro	14.168	12.137
Imposto de renda retido na fonte	23.265	23.076
Crédito de previdência social	878	17.740
Créditos de PIS e COFINS	7.834	7.288
Crédito de ISS	388	784
Créditos tributários e previdenciários	**112.818**	**119.697**

12. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Depósito judicial ISS - SP (a)	–	–	376.929	258.215
Adiantamento a fornecedores	–	34	40.547	19.787
Outros títulos a receber	142	–	9.967	12.078
Adiantamento a funcionários	–	200	12.640	12.615
Adiantamento de Processos Judiciais	–	–	10.587	10.073
Despesas antecipadas	–	–	307	348
Manutenção de softwares a amortizar (d)	–	–	5.115	8.176
Circulante	**142**	**234**	**456.092**	**321.292**
Crédito a receber - indenizações (b)	–	–	620.124	511.679
Contas a receber com partes relacionadas (nota 31)	–	–	391.768	320.468
Contas a receber de planos de saúde	–	–	7.822	7.128
Depósitos caução	–	–	838	2.595
Ativos Indenizatórios (c)	–	–	74.045	76.714
Bloqueio judiciais	–	–	7.248	5.277
Instrumentos derivativos *NDF* - a receber	–	–	4.134	–
Outros	–	–	12.043	7.650
Não Circulante	**–**	**–**	**1.118.022**	**931.511**
	142	**234**	**1.574.114**	**1.252.803**

a) Refere-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa 19. Em virtude de o depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão, há um descasamento entre o depósito judicial e a provisão.

b) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato serão de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

c) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avencas, firmados entre os antigos sócios do Grupo Green Line e o Grupo Notre Dame Intermédica que em determinadas circunstâncias garantem desde que passíveis de indenizar as eventuais obrigações que venham ocorrer. A contrapartida foi reconhecida no passivo na linha de provisões para ações judiciais conforme nota explicativa 24.

d) A Companhia efetuou pagamentos de serviços de dados com vigência de 12 meses, que serão apropriados ao resultado ao decorrer de sua competência.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado				
	31 de dezembro de		Variação do período	Reconhecido na demonstração do resultado	Aquisições de controladas [1]
	2020	2019			
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:					
Provisões para ações judiciais (Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas)	163.524	173.789	(10.265)	(21.577)	11.312
Perda de recuperabilidade sobre créditos	47.687	34.493	13.194	9.220	3.974
Provisão de eventos do SUS	131.388	78.694	52.694	35.474	17.220
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2)/IFRS16, líquido	11.985	6.597	5.388	4.142	1.246
Crédito fiscal sobre diferença de base do ágio apurado na aquisição	136.398	154.413	(18.015)	(18.015)	–
Provisão infrações ANS	6.220	3.945	2.275	298	1.977
Outras adições	52.690	23.726	28.964	21.639	7.325
Impostos diferidos ativos	**549.892**	**475.657**	**74.235**	**31.181**	**43.054**
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:					
Depreciações e amortizações	(21.408)	(7.752)	(13.656)	(13.656)	–
Correção monetária de depósito judiciais	(34.167)	(27.358)	(6.809)	(6.809)	–
Amortização do intangível para fins fiscais	(2.168)	(2.176)	8	8	–
Passivo fiscal diferido sobre ágio	(197.830)	(107.356)	(90.474)	(90.474)	–
Outros	(24.742)	(13.845)	(10.897)	(969)	(9.928)
Impostos diferidos passivos	**(280.315)**	**(158.487)**	**(121.828)**	**(111.900)**	**(9.928)**
Total do imposto diferido líquido	**269.577**	**317.170**	**(47.593)**	**(80.719)**	**33.126**

[1] Aquisições de Controladas - o montante de R$43.054 refere-se aos impostos diferidos ativos do Grupo Clinipam, Hospital do Coração de Camboriú, Grupo São Lucas, Ecole e Grupo Santa Mônica ("saldo adquirido") no valor de R$39.523 e ajustes de empresas adquiridas em 2019 do Grupo Ghelfond e Grupo São José dos Lírios de R$3.531.

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
72.232	72.232	72.232	72.232	54.217	41.349	41.349	41.349	41.349	41.351	549.892
										549.892

Em 31 dezembro de 2020, as controladas da Companhia haviam realizado, para fins fiscais, amortização de ágio no montante de R$ 1.574.161, (gerando aproveitamento de créditos fiscais no valor de R$ 535.817, desde a constituição, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração.

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos impostos	**840.869**	**555.736**	**1.370.920**	**873.271**
À alíquota fiscal de 34%	**(285.895)**	**(188.950)**	**(466.113)**	**(296.912)**
Equivalência patrimonial	301.976	227.057	–	–
Remuneração variável dos administradores	–	–	(7.015)	(7.826)
Prejuízo fiscal das controladas sem constituição de imposto diferido	–	(1.635)	(10.794)	(3.671)
Juros Sobre o Capital Próprio	(15.538)	(33.830)	–	–
Ajuste Lucro Presumido	–	–	(7.190)	1.250
Depreciações e amortizações	–	–	(19.355)	8.967
Despesas Indedutíveis	(929)	–	(3.558)	(14.131)
Outras exclusões (adições) permanentes	139	(2.642)	(16.716)	(5.212)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	**(247)**	**–**	**(530.741)**	**(317.535)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	–	–	(80.719)	(49.392)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	(247)	–	(450.022)	(268.143)
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**39%**	**36%**

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Destacamos a seguir para a Companhia e suas controladas a origem dos depósitos judiciais:

					Consolidado
	31 de dezembro de 2019	Saldo adquirido	Adição/baixas depósitos	Atualizações	31 de dezembro de 2020
Fiscais	100.681	918	7.915	3.985	113.499
Trabalhista	25.744	–	920	1.725	28.389
Regulatórios/Cíveis	55.037	1.297	8.179	2.077	66.592
Depósitos judiciais - SUS	235.848	30.477	197.502	10.982	474.809
	417.310	**32.694**	**214.516**	**18.769**	**683.289**

					Consolidado
	31 de dezembro de 2018	Saldo adquirido	Adição/baixas depósitos	Atualizações	31 de dezembro de 2019
Fiscais	93.161	22	5.903	1.595	100.681
Trabalhista	25.985	–	(1.607)	1.366	25.744
Regulatórios/Cíveis	55.165	2.354	(2.872)	390	55.037
Depósitos judiciais - SUS	91.132	577	138.692	5.447	235.848
	265.443	**2.953**	**140.116**	**8.798**	**417.310**

Fiscais - conforme apresentado na nota explicativa 24, a Companhia e suas controladas possuem discussões processuais que aguardam decisão judicial e administrativa. A Companhia e suas controladas, conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguardam a conclusão da lide.

Trabalhistas - depósitos efetuados pela Companhia e suas controladas para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa 24, com natureza reclamatória trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública.

Regulatórios/Cíveis - correspondem a depósitos judiciais que têm como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 24 está relacionado a estes depósitos.

Depósitos judiciais - SUS - as Controladas questionam judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a título de "Ressarcimento ao SUS", que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As Controladas não atribuíram prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

15. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) A movimentação do investimento da Companhia ocorreu da seguinte forma:

Controladas	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito líquido de aquisição por cessão de quotas	Baixa de Investimento [1]	Dividendos	Aumento de capital	Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial do período [2]	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	4.021.790	–	–	(1.770)	900.000	(45.700)	805.842	5.680.162
Belo Dente Odontologia Ltda.	45	–	(42)	–	–	–	(3)	–
Hospital Jacarepaguá	51.522	–	–	–	2.743.800	–	83.013	2.878.335
Medix Diagnóstico	–	2.234	(1.582)	–	–	–	(652)	–
Ecoimagem Diagnóstico por ultrassom	–	344	(308)	–	–	–	(36)	–
Total	**4.073.357**	**2.578**	**(1.932)**	**(1.770)**	**3.643.800**	**(45.700)**	**888.164**	**8.558.497**

[1] Cessão de quotas da Medix Diagnóstico e Ecoimagem Diagnóstico por Ultrassom e Belo Dente Odontologia para controlada Notre Dame Intermédica Saúde e por sua vez efetuou a incorporação destas empresas.

[2] A diferença entre o resultado do período das controladas Notre Dame Intermédica Saúde e o Hospital Jacarepaguá e a equivalência patrimonial do exercício, refere-se à amortização de mais-valia dos ativos tangíveis oriundos de combinação de negócios.

b) O Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das Controladas diretas estão a seguir:

				31 de dezembro de 2020	
Controladas diretas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	100%	11.483.568	5.895.214	5.588.354	806.343
Belo Dente Odontologia Ltda.	–	–	–	–	(336)
Hospital Jacarepaguá	100%	3.016.215	185.290	2.830.925	83.458
Medix Diagnóstico	–	–	–	–	(652)
Ecoimagem Diagnóstico por ultrassom	–	–	–	–	(65)

16. IMOBILIZADO

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - % a.a.	31 de dezembro de 2019	Saldo adquirido [1]	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciações	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	1.029.473	221.553	3.176	–	75.817	(25.761)	1.304.258
Veículos	1 a 10 anos	17%	639	1.218	–	(480)	(1)	(662)	714
Instalações	5 a 10 anos	14%	4.928	1.603	81	(137)	2.013	(994)	7.494
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	254.609	73.722	45.977	(352)	2.036	(71.246)	304.746
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	46.133	5.691	8.716	(247)	2.686	(6.071)	56.908
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%	26.173	2.663	2.236	-	6.952	(11.598)	26.426
Imobilizações em curso	–	–	180.109	35.158	100.210	(1.093)	(86.012)	(670)	227.702
Benfeitorias em imóveis de terceiros	–	–	171.326	(3.844)	120.740	(7.352)	(21.533)	(14.724)	244.613
			1.713.390	**337.764**	**281.136**	**(9.661)**	**(18.042)**	**(131.726)**	**2.172.861**

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - % a.a.	31 de dezembro de 2018	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciações	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	508.007	426.332	80.900	(485)	32.459	(17.740)	1.029.473
Veículos	1 a 10 anos	17%	216	2.279	–	–	26	(1.882)	639
Instalações	5 a 10 anos	14%	5.260	39	392	–	(72)	(691)	4.928
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	110.789	133.779	40.515	(1.129)	121	(29.466)	254.609
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	30.576	7.778	11.062	(222)	172	(3.233)	46.133
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	19.633	3.445	5.802	(1)	6.475	(9.181)	26.173
Imobilizações em curso	–	–	110.512	1.204	108.897	(2.504)	(33.121)	(4.879)	180.109
Benfeitorias em imóveis de terceiros	–	–	100.208	12.954	85.465	(1.399)	(8.900)	(17.002)	171.326
			885.201	**587.810**	**333.033**	**(5.740)**	**(2.840)**	**(84.074)**	**1.713.390**

[1] Conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a norma prevê que as companhias poderão realizar ajustes nas alocações dos saldos adquiridos, avaliados a valor justo durante o período de 12 meses, mediante laudo por empresa independente. Do total apresentado em "Saldo adquirido", o montante de R$ 3.001 refere-se ao saldo de abertura pelas aquisições realizadas pelo grupo em 2019, e o montante R$ 334.763 refere-se às aquisições do período.

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável ("*impairment*"). Desde 31 de dezembro de 2019 não houveram novos indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas operacionais", conforme notas explicativas 27 e 28.a, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas adquiriram ativos imobilizados ao custo total de R$ 281.136, dos quais R$ 212.933 foram aquisições com pagamentos no exercício e R$ 68.203 estão provisionados na rubrica de "Fornecedores".

17. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

A Companhia possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, equipamentos de TI e frota de veículos, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.

As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor.

A Companhia chegou às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagem junto a potenciais investidores de títulos de dívidas da Companhia.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas pela Companhia:

Prazos	Taxa % a.a.
Até 2 Anos	7,24%
2 - 4 Anos	8,36%
4 - 6 Anos	8,82%
6 - 8 Anos	9,39%
8 - 10 Anos	9,54%
Acima de 10 Anos	9,67%

Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

i. Direito de uso

	Consolidado			
	Aluguéis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**463.203**	**15.543**	**59**	**478.805**
Saldo adquirido	11.861	960	–	12.821
Atualizações contratuais	88.108	13.505	–	101.613
Adições novos contratos	13.302	–	–	13.302
Baixas	(54.507)	–	–	(54.507)
Depreciação	(55.044)	(4.516)	(23)	(59.583)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**466.923**	**25.492**	**36**	**492.451**

ii. Arrendamento a pagar

a. Movimentação dos arrendamentos

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**497.876**
Saldo adquirido	13.691
Atualizações contratuais	101.613
Adições novos contratos	13.302
(–) Baixas	(58.151)
Juros	43.959
(–) Pagamento de principal	(40.600)
(–) Pagamento de juros	(43.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**527.731**
Circulante	38.376
Não circulante	489.355

b. Maturidade dos contratos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2020	2019
2020	–	78.112
2021	88.927	79.338
2022	81.594	72.445
2023	73.474	67.165
2024	70.658	64.966
2025	66.682	–
Mais de 5 anos	493.503	490.674
Valores não descontados	**874.838**	**852.700**
Juros Embutidos	(347.107)	(354.824)
	527.731	**497.876**

Informações adicionais

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/CPC06(R2) e do ofício circular CVM 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2), que assim estão apresentados no balanço da Companhia.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27b do ofício da CVM.

Para atender à orientação do ofício e transparência requerida, informamos abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais x juros efetivos, sendo que, para o cálculo da taxa efetiva, utilizamos o índice de nossos contratos cuja maior parte é IGP-M, aplicada no fluxo de pagamentos anuais e obtida pela divulgação das projeções do Banco Bradesco para os indicadores até 2023, sendo repetida a taxa mais longa para o fluxo futuro a partir de 5 anos.

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2020	2019
Fluxo Nominal		
Passivo de Arrendamento	874.838	852.700
Juros Embutidos	(347.107)	(354.824)
	527.731	**497.876**
Fluxo Real Efetivo Inflacionado		
Passivo de Arrendamento	907.602	901.509
Juros Embutidos	(360.106)	(375.134)
	547.496	**526.375**

c. Deliberação CVM 859/2020

Em 7 de julho de 2020, foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a Deliberação 859, que estabelece alterações no Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) e que está em consonância com a aprovação do IASB - *Internacional Accounting Standards Board.*

Em decorrência da pandemia de COVID-19, nos contratos de arrendamentos em que ocorreram impactos em redução ou suspensão de pagamentos e que em situação normal seriam provocadas modificações contratuais com alterações nos fluxos de caixa e revisão das taxas de desconto deverão ser tratados como pagamento variável.

Em atenção à Deliberação da CVM, a Companhia analisou e identificou os contratos que se enquadram ao pronunciamento, tendo estes sido afetados diretamente pela COVID-19 e, consequentemente, sofrido efeitos de redução e/ou suspensão de pagamentos, e os tratou como pagamentos variáveis. O efeito no resultado foi no montante de R$ 4.634, registrados como redução de despesas de aluguéis.

18. INTANGÍVEL

a. Movimentação do intangível

	Vida útil	31 de dezembro de 2019	Saldos adquiridos [1]	Aquisições	Baixas	Transferência	Amortização	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	311.795	272.957	–	(36)	138	(68.548)	516.306
Sistema de computadores	20% a.a.	19.986	1.407	2.284	–	17.349	(9.060)	31.966
Ágio adquirido de combinação de negócios	Indefinida (b)	2.223.834	2.765.801	–	(3.586)	20.621	(12.208)	4.994.462
Ativos intangíveis		43.677	–	–	–	(19.548)	–	24.129
Outros ativos intangíveis	Vida útil (c)	602	–	–	–	(518)	(55)	29
		2.599.894	**3.040.165**	**2.284**	**(3.622)**	**18.042**	**(89.871)**	**5.566.892**

	Vida útil	31 de dezembro de 2018	Saldos adquiridos	Aquisições [1]	Baixas	Transferência	Amortização	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	73.266	273.958	–	–	–	(35.429)	311.795
Sistema de computadores	20% a.a.	12.875	483	13.724	(14)	4.753	(11.835)	19.986
Ágio de combinação de negócios	Indefinida (b)	796.861	1.426.973	–	–	–	–	2.223.834
Ativos intangíveis		48.488	–	–	(2.600)	(2.211)	–	43.677
Outros ativos intangíveis	Vida útil (c)	4.426	–	–	(4.057)	298	(65)	602
		935.916	**1.701.414**	**13.724**	**(6.671)**	**2.840**	**(47.329)**	**2.599.894**

[1] Conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a norma prevê que as companhias poderão realizar ajustes nas alocações dos saldos adquiridos, avaliados a valor justo durante o período de 12 meses, mediante laudo por empresa independente. Do total apresentado em "Saldo adquirido", o montante de (R$ 53.774) refere-se ao saldo de abertura pelas aquisições realizadas pelo grupo em 2019, e o montante R$ 3.084.636 refere-se ao aquisições do período.

(a) Refere-se à aquisição de carteira de plano de saúde e odontológico conforme quadro a seguir:

		Composição da carteira	
		31 de dezembro de	
Grupo/Empresa	Data	2020	2019
Grupo Notre Dame Intermédica	21-maio-14	375	397
Grupo Santamália	16-novembro-15	3.237	6.225
Hospital Family	23-dezembro-15	–	1.929
Unimed ABC	23-setembro-16	13.442	15.512
Grupo Cruzeiro do Sul	31-janeiro-18	13.692	15.403
Grupo SAMED	01-outubro-18	21.951	25.695
Grupo Green Line	01-janeiro-19	126.981	139.552
Grupo Mediplan	29-maio-19	49.268	55.181
Belo Dente	04-julho-19	37.856	43.425
Grupo São José	18-novembro-19	5.394	8.476
Grupo São Lucas	23-janeiro-20	100.291	–
Grupo Clinipam	07-fevereiro-20	105.425	–
Ecole	13-abril-20	13.173	–
Grupo Santa Mônica	24-agosto-20	5.552	–
Lifeday	01-dezembro-20	19.669	–
		516.306	**311.795**

As carteiras são amortizadas respeitando as vidas úteis conforme quadro a seguir:

Carteira	Vida útil
Odontológica	3 a 5 anos
Saúde	2 a 13 anos

(b) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura (combinação de negócios) com vida útil indefinida e força de trabalho, sendo sempre que necessário apurada a recuperabilidade da unidade geradora de caixa ("*impairment*").

			Composição do ágio	
			31 de dezembro de	
Grupo/Empresa	UGC [1]	Data	2020	2019
Grupo Santamália	Saúde	16-novembro-15	125.405	125.405
Hospital Family	Saúde	23-dezembro-15	77.149	77.149
Unimed ABC	Saúde	23-setembro-16	71.476	71.476
SAMCI/IBRAGE	Saúde	01-março-17	22.232	22.232
Hospital São Bernardo	Saúde	23-fevereiro-17	147.652	147.652
Grupo Nova Vida	Saúde	03-julho-17	148.566	148.566
Grupo Cruzeiro do Sul	Saúde	31-janeiro-18	56.190	56.190
Grupo SAMED	Saúde	01-outubro-18	173.928	173.928
Grupo Green Line	Saúde	01-janeiro-19	802.484	812.501
Grupo Mediplan	Saúde	29-maio-19	223.217	256.716
Hospital Jacarepaguá	Saúde	05-abril-19	54.223	61.378
Belo Dente	Odontológica	04-julho-19	21.379	22.709
Grupo Ghelfond	Saúde	28-novembro-19	161.698	154.165
Grupo São José	Saúde	18-novembro-19	90.652	93.767
Grupo São Lucas	Saúde	23-janeiro-20	204.458	–
Grupo Clinipam	Saúde Sul	07-fevereiro-20	2.325.208	–
Ecole	Saúde	13-abril-20	35.521	–
LabClin	Saúde	13-abril-20	4.472	–
Hospital Camboriú	Saúde	20-maio-20	35.761	–
Grupo Santa Mônica	Saúde	24-agosto-20	115.539	–
Hospital Santa Brigida	Saúde	23-outubro-20	28.554	–
Lifeday	Saúde	01-dezembro-20	68.698	–
			4.994.462	**2.223.834**

1 - UGC - Unidade Geradora de Caixa

(c) Refere-se à alocação dos ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresas (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

Ativos intangíveis	Vida útil
Marcas	30 anos
Relacionamento com clientes	3 a 8 anos
Acordo de não concorrência	5 anos

O montante da amortização apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Receitas (Despesas) operacionais" conforme notas explicativas 27 e 28.a, respectivamente.

b. Teste ao valor recuperável dos ativos

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia e suas controladas realizaram o teste de valor recuperável das unidades geradoras de caixas (UGCs) decorrente do ágio adquirido por meio de combinação de negócio. Em 2019, as operações da Companhia limitavam-se basicamente a região Sudeste e as UGCs coincidiam com seus segmentos operacionais (nota explicativa 31). Em 2020, devido as constantes aquisições realizadas e o aumento na participação em outras regiões, a Administração passou a monitorar, controlar e tomar decisões de seu negócio de Saúde de maneira regionalizada. Desta forma, no segmento operacional Saúde (nota explicativa 31), a Companhia passou a monitorar as UGCs definidas como Saúde Sudeste e Saúde Sul e, no caso do segmento operacional Odontológico (nota explicativa 31), a Companhia continuou monitorando a UGC Odontológica que, nesse caso, coincide com o seu próprio segmento operacional.

Abaixo demonstramos o valor contábil do ágio alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	2020	2019
Saúde Sudeste	2.647.875	2.201.125
Saúde Sul	2.325.208	–
Odontológica	21.379	22.709
	4.994.462	**2.223.834**

O teste realizado de valor recuperável em 30 de setembro de 2020 e 2019 considera, entre outros fatores, a relação entre o valor de uso (*value in use*) e o seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de uso, apurado no laudo por empresa independente contratada pela Companhia e suas controladas é superior ao valor contábil, indicando que não existe indícios de perda por redução ao valor recuperável do ágio.

Unidade geradora de caixa de atividade de saúde

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade de saúde, distribuído em Saúde Sudeste e Saúde Sul, foi determinado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2020, com projeção de dez anos. Apresentamos a seguir o crescimento médio da receita líquida e o lucro líquido por regional:

	2020		31 de dezembro de 2019	
	Crescimento médio		Crescimento médio	
UGC	Receita líquida	Lucro líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Saúde Sudeste	11,50%	13,70%	10,39%	11,51%
Saúde Sul	13,50%	15,80%	–	–

A taxa de desconto antes dos impostos foi de 18,38% em 31 de dezembro de 2020 (18,46% em 31 de dezembro de 2019), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 6,00% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,10%, acrescido de 1,90% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essas unidades geradoras de caixa.

Como a data-base do teste de *impairment* foi 30 de setembro de 2020, as empresas adquiridas após esta data, foram avaliadas pelo seu *Purchase Price Allocation* e não foram identificadas evidências de *impairment.*

Unidade geradora de caixa de atividade de odontologia

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade odontológico foi determinado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2020, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 8,20% a.a. de receita líquida e de 4,50% a.a. de lucro líquido (11,25% a.a e 6,17% a.a. em 31 de dezembro de 2019, respectivamente). A taxa de desconto antes dos impostos foi de 19,54% em 31 de dezembro de 2020 (19,96% em 31 de dezembro de 2019), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 4,10% a.a.. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil não sendo, dessa forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso tanto para a atividade de saúde quanto odontológica é mais sensível às seguintes premissas:

• Margens brutas

Margens brutas são baseadas nos históricos da Companhia. As margens brutas para as unidades geradoras de caixa na atividade de saúde e odontologia foram em média 32,73% e 68,20%, respectivamente. A margem para ambas as atividades tem um incremento moderado nos primeiros quatro anos e após ocorre uma estabilização até o final da projeção.

continua

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

• Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O setor de saúde suplementar é em sua maioria financiado por capital próprio, portanto foi adotado como taxa de desconto o custo de capital próprio, calculado pelo CAPM (custo médio ponderado de capital).

As estimativas para o cálculo do CAPM são obtidas com base em índices publicados para os países bem como indicadores de práticas de mercado norte-americano.

• Os indicadores macroeconômicos

A Companhia tem considerado o IGP-M, Índice de variação do custo médico-hospitalar - IVCMH e o CDI para elaborar seus indicadores, conforme apresentados a seguir:

Indice	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IGP-M[1]	5,12%	3,88%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%
CDI[1]	2,15%	2,15%	4,54%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%
IVCMH[2]	8,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%

[1] Taxas estimadas pela Administração da Companhia.

• Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de dez anos

A Administração reconhece que as taxas de crescimento utilizadas consideraram, além do crescimento orgânico, a estratégia de verticalização existente no plano de negócios da Companhia.

19. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Imposto sobre serviços (ISS)	392.271	271.320
Contribuição previdenciária	11.993	10.007
FGTS	5.194	4.387
PIS e COFINS	22.715	19.086
Contribuições sindicais e assistenciais	120	750
Parcelamento de tributos e contribuições	15.347	11.465
Outros	3.332	1.945
Impostos devidos a recolher	**450.972**	**318.960**
Imposto de renda - funcionários	13.558	13.588
Imposto de renda - terceiros	7.266	5.574
Imposto sobre serviços	4.876	3.810
Contribuição previdenciária retida	6.585	3.390
Retenção PIS/COFINS/CSLL	19.074	14.444
Impostos retidos a recolher	**51.359**	**40.806**
Circulante	**502.331**	**359.766**
Parcelamento impostos, multas e taxas - federal	44.961	32.393
Parcelamento impostos, multas e taxas - municipal	680	738
Parcelamento impostos, multas e taxas - outros	16.728	28.903
Não circulante	**62.369**	**62.034**
	564.700	**421.800**

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020, os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Vencimento	Amortização	Juros a.a. (%)	Consolidado 31 de dezembro de 2020 Valor	2019 Valor
BNDES	Banco Itau	TJLP	2020	Mensal	13,76%	–	31
BNDES	Banco Santander	TJLP	2020	Mensal	13,76%	18	138
BNDES	Bradesco	TJLP	2023	Mensal	6,42%	1.029	1.398
Capital de Giro	Banco Itaú	CDI + 2,4% a.a.	2020 - 2024	Anual	12,92%	279.166	27.381
Capital de Giro	Banco Itaú	Prefixado	2024	Mensal	11,09%	3.088	–
Capital de Giro	Banco Santander	CDI	2021 - 2023	Mensal	11,71%	4.055	10.011
Capital de Giro	Banco Santander	Prefixado	2021	Mensal	11,71%	2.245	–
Capital de Giro	Bradesco	CDI	2021 - 2023	Mensal	15,00%	4.956	6.367
Capital de Giro	Bradesco	Prefixado	2024	Mensal	11,22%	4.461	–
Capital de Giro	Citibank	85% CDI + 1,955% a.a.	2020	Semestral	2,17%	–	202.295
Capital de Giro	Banco do Brasil	CDI + 2,3% a.a.	2020 - 2025	Anual	2,70%	298.619	–
Capital de Giro	Citibank	CDI + 2,6% a.a.	2020 - 2023	Anual	12,92%	260.230	–
Capital de Giro	Caixa Econômica Federal	Prefixado	2025	Mensal	9,64%	2.000	–
Leasing	Banco de Lage	CDI	2020 - 2020	Mensal	12,28%	–	168
Leasing	Banco do Brasil	CDI	2023	Mensal	2,67%	574	804
Leasing	Banco Itaú	CDI	2020	Mensal	7,01%	–	50
Leasing	Banco Santander	CDI	2020 - 2023	Mensal	9,14%	1.689	1.202
Leasing	Bradesco	CDI	2020 - 2022	Mensal	15,94%	521	1.137
Leasing	HP Financial	CDI	2022	Mensal	14,10%	101	150
Nota promissória	Bradesco	CDI + 1,4% a.a.	2020 - 2022	Anual	6,00%	278.677	–
Cooperativa de Crédito	Uniprime	CDI	2025	Mensal	9,66%	2.076	–
Cooperativa de Crédito	Uniprime	Prefixado	2025	Mensal	13,00%	476	–
Outros		CDI				24.759	4.710
						1.168.740	**255.842**
					Circulante	225.077	220.683
					Não circulante	943.663	35.159

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximos ao seu valor justo, classificados como nível 2.

Apresentamos a movimentação em 31 dezembro de 2020:

	Controladora 31 de dezembro de 2020	2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Saldo no início do exercício	**–**	**–**	**255.842**	**279.245**
Saldo adquirido	–	–	48.061	65.206
Captação	880.000	–	1.182.000	29.851
Custo de captação	(6.021)	–	(7.821)	–
Apropriação do custo	1.578	–	1.698	–
Pagamento principal	(90.000)	–	(324.826)	(122.600)
Juros pagos	(13.945)	–	(24.447)	(14.257)
Ajuste valor presente	–	–	22	191
Juros	25.191	–	38.211	18.206
Saldo no final do exercício	**796.803**	**–**	**1.168.740**	**255.842**

21. DEBÊNTURES

Em 31 dezembro de 2020 e 2019, o saldo no balanço patrimonial é como segue:

Companhia	Título	Modalidade	Unidades Emitidas	Emissão	Vencimento	Encargos Médios	Captação	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
BCBF PARTICIPAÇÕES S.A.	BCBF12	2ª emissão a)	300.000	23/02/2018	23/02/2021	CDI + 2,25% a.a.	300.000	60.801	184.182
BCBF PARTICIPAÇÕES S.A.	BCBF13	3ª emissão d)	900	10/01/2019	10/01/2023	CDI + 1,75% a.a.	900.000	–	921.509
BCBF PARTICIPAÇÕES S.A.	BCBF14	4ª emissão c)	750.000	22/09/2020	22/09/2025	CDI + 2,65% a.a.	750.000	752.837	–
BCBF PARTICIPAÇÕES S.A.	BCBF15	5ª emissão b)	700.000	04/11/2020	04/11/2025	CDI + 2,65% a.a.	700.000	697.639	–
NOTREDAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A.	NDMI13	3ª emissão a)	800.000	01/08/2019	01/08/2024	CDI + 100% taxa CDI + 1,6% a.a.	800.000	808.386	816.406
								2.319.663	**1.922.097**
							Circulante	81.091	169.560
							Não Circulante	2.238.572	1.752.537

a) Quinta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A Companhia captou, em 4 de novembro de 2020, o montante de R$ 700.000 (setecentos milhões de reais), por meio de emissão de 700 (setecentas mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, e o principal será amortizado anualmente a partir do 3° (terceiro) ano nas datas de 4 de novembro de 2023, 4 de novembro de 2024 e no vencimento em 4 de novembro de 2025.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 4 de maio de 2021 e a última 4 de novembro de 2025. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 2,65% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 26 de novembro de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

b) Quarta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A Companhia captou em 22 de setembro de 2020, o montante de R$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais), por meio de emissão de 750 (setecentas e cinquenta mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R$1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, e o principal será amortizado anualmente a partir do 3º (terceiro) ano nas datas de 22 de setembro de 2023, 22 de setembro de 2024 e no vencimento em 22 de setembro de 2025.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 22 de março de 2021 e a última 22 de setembro de 2025. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 2,65% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 30 de setembro de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

c) Terceira emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou, em 1º de agosto de 2019, o montante de R$ 800.000, (oitocentos milhões de reais) por meio de emissão de 800 (oitocentas mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R$ 1.000 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço do capital de giro.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento no 3° ano contado da data de emissão, em que o primeiro pagamento será em 1° de agosto de 2022 e o último em 1º de agosto de 2024. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 1,60% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

d) Terceira emissão pública da BCBF Participações S.A.

A Companhia captou, em 10 de janeiro de 2019, o montante de R$ 900.000 (novecentos milhões de reais), por meio de emissão de 900 (novecentas mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R$1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 4 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 4 parcelas, sendo o primeiro pagamento no 30º (trigésimo) mês contado da data de emissão, em que o primeiro pagamento será em 10 de julho de 2021 e o último em 10 de janeiro de 2023. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 1,75% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 10 de janeiro de 2020, a Companhia em cumprimento ao disposto na Lei n° 6.404/1976 e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 358/2002, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que realizou, nesta data, o resgate antecipado total das debêntures simples, não conversíveis, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da 3ª emissão.

O valor total do resgate foi de aproximadamente R$ 932.000, compreendendo o saldo total do valor nominal unitário da totalidade das debêntures dessa emissão acrescido da correspondente remuneração até essa data.

e) Segunda emissão pública da BCBF Participações S.A.

A Companhia captou, em 23 de fevereiro de 2018, o montante de R$ 300.000 (trezentos milhões de reais), por meio de emissão de 300 (trezentos mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R$ 1.000, com esforços restritos de colocação, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia.

O prazo total da emissão é de 3 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga semestralmente, em que a primeira parcela foi em 23 de agosto de 2018 e a última será em 23 de fevereiro de 2021. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + s*pread* 2,25% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

	BCBF	Intermédica	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.105.691**	**816.406**	**1.922.097**
Captação por emissão de debêntures	1.450.000	–	1.450.000
Custos de captação	(12.037)	–	(12.037)
Juros creditados	19.321	34.914	54.235
Apropriação dos custos	10.730	885	11.615
Pagamento principal	(1.020.000)	–	(1.020.000)
Juros pagos	(42.428)	(43.819)	(86.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.511.277**	**808.386**	**2.319.663**

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

Ano	Circulante	Não Circulante	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
12 meses	81.091	–	81.091	169.560
13 a 24 meses	–	–	–	281.767
25 a 36 meses	–	743.779	743.779	713.512
37 a 48 meses	–	988.338	988.338	490.933
49 a 60 meses	–	506.455	506.455	266.325
	81.091	**2.238.572**	**2.319.663**	**1.922.097**

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo e classificadas como nível 2.

Cláusulas restritivas *(Covenants)*

A Companhia e sua controlada direta Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possuem cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se as Companhias não cumprirem com essas cláusulas restritivas.

Os índices e montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2020 seguem:

5ª emissão BCBF Participações S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com *covenants*.

4ª emissão BCBF Participações S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três) durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com *covenants*.

3ª emissão Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia precisa ser igual ou inferior a 2,5 (dois e meio) durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com *covenants*.

2ª emissão BCBF Participações S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com *covenants*.

Garantias

A Companhia e sua controlada direta Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possuem recursos aplicados suficientes para honrar com o cumprimento do contrato.

Como garantia real, o fiador original concede fiança em favor dos debenturistas conforme termos do contrato de emissão de debêntures.

Resgate antecipado

As emissões do Grupo Notre Dame Intermédica poderão ser resgatadas antecipadamente a critério da Companhia a partir da data vinculada no contrato de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos debenturistas.

22. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Referência	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	a.	725.935	510.486
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	b.	467.953	380.855
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	c.(i).	372.663	287.464
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG)	c.(ii).	138.824	108.309
Provisão para remissão	c.(iii).	2.861	1.127
		1.708.236	**1.288.241**
	Circulante	1.176.699	945.405
	Não circulante	531.537	342.836

a) Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu artigo 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. As controladas da Companhia contestam as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa 14.

	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Saldo no início do exercício	**510.486**	**164.755**
Saldo adquirido	67.808	75.019
Avisos recebidos do SUS	68.877	56.535
Cobrança efetiva de eventos SUS	88.776	199.335
Atualização monetária	27.562	25.662
(–) Pagamentos efetuados	(37.574)	(10.820)
Saldo no final do exercício	**725.935**	**510.486**

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Saldo no início do exercício	**380.855**	**330.524**
Saldo adquirido	87.719	48.029
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	7.473.654	6.080.278
Gastos com rede própria classificada em eventos	(2.146.149)	(1.738.896)
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(5.328.126)	(4.339.080)
Saldo no final do exercício	**467.953**	**380.855**

c) Variações das provisões técnicas:

	PEONA (i)	PPCNG (ii)	Remissão (iii)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**287.464**	**108.309**	**1.127**
Saldo adquirido[1]	49.611	16.461	441
Variação das provisões no período	35.588	14.054	1.293
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**372.663**	**138.824**	**2.861**

[1] Conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a norma prevê que as companhias poderão realizar ajustes nas alocações dos saldos adquiridos, avaliados a valor justo durante o período de 12 meses, mediante laudo por empresa independente. Do total apresentado em "Saldo adquirido", o montante de R$ 2.882, refere-se às aquisições realizadas em 2019 da operadora São José, e o montante R$ 63.631 refere-se às aquisições do período.

(i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA, classificada no passivo circulante, é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que não tenham sido notificados às Operadoras.

(ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganha - PPCNG, classificada no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(iii) Provisão para remissão - REMISSÃO, classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

23. OUTROS PASSIVOS

	Controladora 31 de dezembro de 2020	2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Obrigações contratuais (a)	–	–	35.143	29.153
Depósito de terceiros	–	–	21.790	27.355
Recebimento antecipado cliente	–	–	14.609	15.969
Débitos diversos (c)	2.491	2.231	24.652	8.902
Adiantamento parceria banco	–	–	3.200	3.000
Aluguéis a pagar	–	–	13.622	2.418
Taxa de Saúde Suplementar (b)	–	–	7.338	10.219
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com planos (d)	–	–	51.574	31.999
Total circulante	**2.491**	**2.231**	**171.928**	**129.015**
Obrigações contratuais (a)	24.344	25.185	802.618	454.779
Provisões para plano de benefícios com empregados	–	–	21.892	2.808
Adiantamento parceria banco	–	–	3.599	6.250
Taxa de Saúde Suplementar (b)	–	–	29.268	53.974
Outros	–	–	28.102	18.470
Total não circulante	**24.344**	**25.185**	**885.479**	**536.281**
	26.835	**27.416**	**1.057.407**	**665.296**

(a) Obrigações contratuais

Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, líquido do ajuste a valor presente, e transações com partes relacionadas com suas Controladas, como demonstrado abaixo:

	Indexador	Vencimento	Controladora 31 de dezembro de 2020	2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Family Hospital	CDI	01/05/2021	–	–	15.941	14.964
SAMCI	CDI	27/12/2021	–	–	11.939	11.208
Hospital Nova Vida	CDI	08/07/2022	–	–	23.055	21.643
Unimed ABC	CDI	22/09/2022	–	–	22.037	29.153
Hospital SBC	CDI	23/02/2023	–	–	28.717	30.966
Grupo Cruzeiro do Sul	95% do CDI	22/02/2024	–	–	22.385	20.997
Grupo Samed	CDI	25/01/2025	13.104	14.671	52.504	52.091
Grupo Green Line	CDI	01/01/2025	–	–	214.279	202.279
Hospital Intermédica Jacarepaguá	IPCA	05/04/2025	11.240	10.514	11.240	10.514
Grupo Mediplan	90% do CDI	25/05/2025	–	–	36.575	34.472
Belo Dente	95% do CDI	04/07/2025	–	–	12.299	13.935
Ghelfond Participações	105% do CDI	28/11/2024	–	–	9.439	8.935
Ecoimagem	CDI	01/01/2025	–	–	10.184	11.356
Grupo São José	CDI	18/11/2025	–	–	22.800	21.419
Grupo Clinipam	CDI	07/02/2026	–	–	152.650	–
Grupo São Lucas	100% Selic	26/01/2026	–	–	47.390	–
Ecole	CDI	13/04/2026	–	–	9.893	–
Hospital Camboriú	CDI	20/04/2026	–	–	11.930	–
Grupo Santa Mônica	CDI	24/08/2026	–	–	94.294	–
Hospital Santa Brigida	CDI	23/10/2026	–	–	10.846	–
Lifeday	IPCA	01/12/2026	–	–	17.364	–
			24.344	**25.185**	**837.761**	**483.932**

(b) O saldo registrado nessa rubrica se refere à taxa de saúde suplementar recolhida trimestralmente da adquirida Green Line Sistema de Saúde S.A., conforme RN 89/2005, em que se calcula a quantidade de beneficiários de acordo com a faixa etária, sendo que R$ 28.428 está parcelado junto a ANS e R$ 5.491 está em discussão.

(c) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto era representado, principalmente por valores a pagar para os vendedores.

(d) O saldo refere-se a obrigações com prestadores de serviços a saúde e equipes médicas. Em 31 de dezembro de 2020, o aumento apresentado foi impactado principalmente pela aquisição das empresas São Lucas Saúde, Clínica São Lucas e Hospital e Maternidade Santa Mônica.

24. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, regulatórios/cíveis e tributários com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e suas controladas e considera as ações com classificação de perda provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade ocorrida.

As contingências consideradas prováveis, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei, são apresentadas como segue:

	31 de dezembro de 2019	Saldo adquirido	Provisão/ reversão	Pagamentos	Atualização	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Fiscais	412.897	9.374	(48.535)	–	(2.843)	370.893
Trabalhista	212.334	3.032	16.347	(22.064)	16.259	225.908
Regulatórios/Cíveis	262.387	28.151	(13.650)	(38.619)	35.460	273.729
	887.618	**40.557**	**(45.838)**	**(60.683)**	**48.876**	**870.530**

	31 de dezembro de 2018	Saldo adquirido	Provisão/ reversão	Pagamentos	Atualização	Consolidado 31 de dezembro de 2019
Fiscais	130.137	285.768	(5.495)	–	2.487	412.897
Trabalhista	160.518	29.100	32.847	(20.873)	10.742	212.334
Regulatórios/Cíveis	133.536	95.073	55.974	(38.608)	16.412	262.387
	424.191	**409.941**	**83.326**	**(59.481)**	**29.641**	**887.618**

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais

• A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a incidência do ISS (município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgada procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes.

• A controlada Notre Dame Intermédica Saúde discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de plano de saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestarem o serviço. Houve o trânsito em julgado favorável à Companhia, determinando a conversão em renda dos valores devidos recolhidos por meio de depósito judicial, face à indisponibilidade sistêmica da Municipalidade. Diante da decisão terminativa do processo, a Municipalidade iniciou procedimentos internos para operacionalização do "*modus operandi*" para recolhimento sistêmico.

• A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a tributação do ISS no município de Campinas sobre a atividade desenvolvida nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.

• A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente uma execução fiscal indevida objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi determinada judicialmente a suspensão da execução fiscal e a controlada da Companhia aguarda julgamento dos embargos.

• A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT, determinando-se à Autoridade coautora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante.

• A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

Trabalhistas

• A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista que discute o reconhecimento de vínculo empregatício e de verbas trabalhistas e/ou rescisórias.

Regulatórios/Cíveis

• As controladas da Companhia possuem ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que buscam obter a cobertura contratual de Internações, Tratamento Médico e Liberação de Cirurgias em desacordo com as condições contratuais firmadas ou das regulamentações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS que regulam a matéria. Em geral relacionam-se com: carência, procedimentos não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS ou em desacordo com as Diretrizes de Utilização - DUT, procedimentos estéticos, abrangência geográfica, internação fora da rede credenciada, etc.

• As controladas da Companhia possuem ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que discutem os montantes de reajustes aplicados sobre os contratos. Referidas ações visam à declaração de nulidade da cláusula de reajuste dos contratos firmados que são regulados pela ANS ou requerem a aplicação de índice diverso daquele contratado.

• As controladas da Companhia possuem ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que visam à manutenção individual do beneficiário desligado do contrato coletivo empresarial. Os autores buscam a permanência mesmo sem atender as condições dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98, a permanência por período maior que o previsto em lei ou a transferência para planos individuais com a manutenção da contraprestação cobrada no plano coletivo.

• As controladas da Companhia possuem ações judiciais movidas que visam à manutenção de contratos de assistência à saúde que foram rescindidos pelas Controladas por inadimplência, desacordo comercial, fim de vigência, etc. Os autores buscam a anulação de cláusula que autoriza a rescisão para manutenção do vínculo contratual.

• As controladas da Companhia possuem ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que visam ao reconhecimento de suposta má prática médica e ou odontológicas por parte dos propostos da Companhia nos procedimentos fornecidos aos beneficiários, imputando-lhe responsabilidade solidária nos pedidos de indenização por danos materiais, morais e/ou estéticos.

Em 31 dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas apresentaram outras ações de naturezas regulatórias/cíveis, trabalhistas e tributárias no montante total reclamado de R$ 2.657.414 (2019 - R$ 1.278.067), que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	Consolidado 31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Fiscais	1.940.800	784.215
Trabalhistas	233.764	140.891
Regulatórias/Cíveis	482.850	352.961
	2.657.414	**1.278.067**

As principais causas de natureza regulatória/cível, trabalhista, tributária e classificadas como possíveis, são apresentadas a seguir:

Fiscais

• As controladas da Companhia possuem ação judicial figurando no polo Ativo, pelo procedimento comum com pedidos de tutela provisória de urgência, em face da União (Fazenda Nacional), visando sejam julgadas procedentes as demandas para o fim de se declarar a inexistência de relação jurídico tributária entre as partes Autora e Ré quanto às exigências, em função planos de opções, das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários e demais contribuições de terceiros (Salário-Educação, INCRA, SESC, SENAC e Sebrae).

• As controladas da Companhia possuem ação judicial onde questiona judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

• As controladas da Companhia possuem processo administrativo que consubstancia a cobrança indevida de glosa de compensação de natureza previdenciária declaradas em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações a Previdência Social (GFIP), no período compreendido de maio de 2012 a fevereiro de 2017.

• As controladas da Companhia possuem processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança indevida do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos ao ano-calendário de 2013.

Trabalhistas e Regulatórios/Cíveis

• Em linhas gerais a natureza desses processos são os mesmos detalhados acima. A companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Atualmente uma porção relevante dos processos regulatórios/cíveis, trabalhistas e fiscais são oriundos de empresas adquiridas. A Companhia possui o direito de compensar eventuais perdas com parcelas futuras do preço de aquisição.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2020 a Controladora da Companhia aprovou o aumento de capital em R$ 20.000 passando o capital social de R$ 5.313.080 para R$ 5.333.080.

Em 31 dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 5.333.080 (2019 - R$ 5.313.080), composto por 5.333.080 (2019 - 5.313.080) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de capital

Em 21 de maio de 2014, a extinta Bain Capital Brazil Participações Ltda., que era controlada direta da Companhia, adquiriu a totalidade do capital das extintas sociedades PSBB2 Administração e Participações Ltda. e PSBB3 Administração

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Contraprestação	1.427.500
Parcela retida	454.155
Valor da aquisição do Grupo Notre Dame Intermédica	**1.881.655**
(–) Ajuste a valor presente sem parcela retida	(246.474)
(–) Ajuste de preço	(45.188)
(+) Imóveis excluídos da aquisição	32.608
(–) Patrimonio líquido das sociedades adquiridas	(319.027)
(+) Outros	678
(=) Ágio registrado na Bain Capital Brasil Ltda – em 21 de maio de 2014 (a)	**1.304.252**
Valor da baixa do ágio pela incorporação reversa	**(1.304.252)**
(+) Crédito fiscal (b)	527.726
(–) Ágio registrado na PSBB2 e PSBB3 (c)	(3.708)
(=) Efeito reflexo líquido na reserva de capital da Companhia – em 26 de novembro de 2014	**(780.234)**
(+) Variação no resultado de incorporação (d)	16.743
(=) Efeito reflexo líquido na reserva de capital da Companhia – em 31 de dezembro de 2018	**(763.491)**
(+)/(–) Movimentação do exercício	–
(=) Efeito reflexo líquido na reserva de capital da Companhia – em 31 de dezembro de 2019	**(763.491)**
(+)/(–) Movimentação do exercício	–
(=) Efeito reflexo líquido na reserva de capital da Companhia – em 31 de dezembro de 2020	**(763.491)**

(a) Ágio total e não alocado conforme ICPC 09 (R1);
(b) Créditos fiscais sem ágio gerado na aquisição do Grupo Notre Dame Intermédica reconhecido nas sociedades que receberam o acervo líquido da Bain Capital Brazil Participações Ltda.;
(c) Ágio gerado na reestruturação das Holdings PSBB2 e PSBB3 e consequentemente baixado na incorporação reversa;
(d) Variação no resultado de incorporações, entre a data da base do acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação. As seguintes transações geraram este impacto: i) em 31 de março de 2015, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Notre Dame Seguradora S.A., variação de R$ 2.396; e ii) em 31 de março de 2016, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Interodonto, Santamália, Hospital Montemagno e Hospital Bosque da Saúde, variação de R$ 14.347.

c) Reservas de lucros

i. Reserva legal - constituída obrigatoriamente, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.

ii. Reserva estatutária - conforme Estatuto Social vigente, a Companhia, após a destinação da reserva legal, atribuir-se-á reserva para investimentos, que somado as demais reservas de lucros não excederá o capital social subscrito. A finalidade da reserva é assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades da Companhia, estando ou não cobertos pelo orçamento de capital, devidamente aprovado em assembleia.

d) Distribuição de lucro líquido

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a retenção, após a constituição da reserva legal, da totalidade do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social de 31 de dezembro de 2020. A retenção ora aprovada é justificada com base em orçamento de capital da Companhia.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Contraprestações efetivas de operações de plano de assistência à saúde	10.424.104	7.962.196
Prestação de serviços médico–hospitalar	638.397	730.499
Outras prestações de serviços	63	986
(–) Glosa sobre serviços médicos–hospitalar	(8.025)	–
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde da operadora	(1.293)	(230)
Receitas de serviços prestados	**11.053.246**	**8.693.451**
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(313.841)	(220.439)
(–) Tributos diretos de prestação de serviços médico–hospitalar	(66.137)	(60.527)
(–) Tributos diretos de outras prestações de serviços	–	(46)
Impostos sobre serviços prestados	**(379.978)**	**(281.012)**
Receitas líquidas de serviços prestados	**10.673.268**	**8.412.439**

27. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Custos dos serviços prestados [1]	(7.473.654)	(6.080.278)
(–) Co-participação	183.618	141.622
Sistema Único de Saúde - SUS	(68.877)	(56.535)
Depreciações e amortizações	(122.452)	(53.980)
Depreciação direito de uso	(45.939)	(35.218)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(35.355)	(20.078)
	(7.562.659)	**(6.104.467)**

[1] Refere-se ao custo de eventos conhecidos e avisados e custos não relacionados com plano de saúde da Operadora.

28. DESPESAS OPERACIONAIS

a. Despesas administrativas

	Controladora 31 de dezembro de 2020	2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Pessoal	–	–	(470.069)	(373.596)
Serviços de terceiros	(1.534)	(1.501)	(232.840)	(203.323)
Localização e funcionamento	–	–	(68.842)	(82.301)
Tributos	–	–	(9.196)	(9.765)
Publicidade e propaganda	–	(267)	(18.235)	(16.297)
Provisão para contingências	–	–	(29.786)	(33.618)
Depreciação e amortização	–	–	(99.145)	(77.423)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(80)	(61)	(3.660)	(10.007)
Depreciação direito de uso	–	–	(13.644)	(14.568)
Outras	–	(3)	(4.702)	(7.955)
	(1.614)	**(1.832)**	**(950.119)**	**(828.853)**

b. Despesas comerciais

	Consolidado 31 de dezembro de (8.262)	2019
Remuneração - pessoal próprio	(294.068)	(10.313)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(251.023)	(231.051)
Comissões e agenciamentos	**(553.353)**	(182.381)
	(553.353)	**(423.745)**

c. Perdas de recuperabilidade sobre créditos

	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Constituição de perda para recuperabilidade sobre créditos	(15.232)	14.109
Baixa de perda efetivas dos créditos relacionados com plano no período	(94.274)	(80.513)
Outras perdas não relacionado com o Plano	(1.586)	(841)
	(111.092)	**(67.245)**

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31 de dezembro de 2020	2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Receitas com aplicações financeiras [1]	18.549	4.995	68.901	82.762
Juros recebidos	–	–	35.024	25.475
Variação monetária ativa	133	739	19.764	11.994
Outras receitas	–	300	6.881	14.211
Instrumentos derivativos - *NDF - Non - Deliverable Forwad*	–	–	6.973	–
Ajuste a valor mercado	–	–	394	991
Receitas com variação cambial	–	–	524	725
Descontos obtidos	–	–	3.335	4.785
Ajuste a valor presente	–	–	–	18.091
	18.682	**6.034**	**141.796**	**159.034**
Juros financeiros debêntures	(19.321)	(80.191)	(54.235)	(122.375)
Custos financeiros debêntures	(10.729)	(3.625)	(11.615)	(4.548)
Variação monetária passiva	(932)	(4.236)	(61.552)	(53.212)
Multas e juros	–	(8.559)	(3.283)	(22.605)
Ajuste variação cambial	–	–	(997)	(68)
Tarifas bancárias	(952)	(86)	(19.722)	(12.646)
Ajuste a valor mercado	–	–	–	(474)
Descontos concedidos	–	–	(6.827)	(6.741)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.191)	–	(38.211)	(18.206)
Ajuste a valor presente	(726)	(313)	(15.671)	(9.874)
Juros arrendamentos	–	–	(43.959)	(38.622)
Custos com empréstimos	(1.579)	(13.835)	(1.698)	(16.155)
Instrumentos derivativos - *NDF - Non - Deliverable Forward*	–	–	(2.840)	–
Outras despesas	(5.320)	–	(7.795)	(1.634)
	(64.750)	**(110.845)**	**(268.405)**	**(307.160)**
Resultado financeiro líquido	**(46.068)**	**(104.811)**	**(126.609)**	**(148.126)**

[1] O montante de R$ 9.187 na Controladora e R$ 11.569 no consolidado se refere a rendimento sobre aplicação de liquidez imediata com contra partida caixa e equivalente de caixa, R$ 57.332 se refere à aplicação financeira apresentado na nota explicativa 8.

30. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

a) Lucro básico por ação

	Controladora 31 de dezembro de 2020	2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Lucro líquido do período	**840.622**	**555.736**	**840.179**	**555.736**
Número de ações em circulação (–) Tesouraria	5.333.080	5.313.080	5.333.080	5.313.080
Lucro por ação	**0,1576**	**0,1046**	**0,1575**	**0,1046**
Média ponderada de ações durante o exercício	3.999.956	1.874.039	3.999.956	1.874.039
Lucro por ação Básico	**0,2102**	**0,2965**	**0,2100**	**0,2965**

b) Lucro diluído por ação

	Controladora 31 de dezembro de 2020	2019	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Média ponderada das ações durante o exercício	3.999.956	1.874.039	3.999.956	1.874.039
Lucro por ações Diluído	**0,2102**	**0,2965**	**0,2100**	**0,2965**

31. SEGMENTO OPERACIONAL

A Companhia e suas Controladas para fins de apuração do valor recuperável do ativo, segmentou suas atividades em UGC Saúde (que compreende Saúde Sudeste e Saúde Sul) e UGC Odontológica, conforme nota explicativa 18b.).

O quadro a seguir apresenta a demonstração do resultado para os segmentos Saúde e Odontológico:

	31 de dezembro de 2020 Saúde	Odonto-lógico	Outros segmentos	Consolidado	2019 Saúde	Odonto-lógico	Outros segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	10.372.505	300.764	–	10.673.269	8.152.223	260.216	–	8.412.439
Custos dos serviços prestados	(7.486.739)	(75.920)	–	(7.562.659)	(6.020.443)	(84.024)	–	(6.104.467)
Resultado bruto	**2.885.766**	**224.844**	**–**	**3.110.610**	**2.131.780**	**176.192**	**–**	**2.307.972**
Despesas administrativas	(908.199)	(39.318)	(2.603)	(950.120)	(789.460)	(37.563)	(1.830)	(828.853)
Despesas comerciais	(532.119)	(21.234)	–	(553.353)	(408.830)	(14.915)	–	(423.745)
Perda de recuperabilidade sobre créditos	(104.624)	(6.467)	–	(111.091)	(69.471)	2.226	–	(67.245)
Outras receitas, líquidas	1.346	441	(302)	1.485	34.769	(38)	(1.463)	33.268
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**1.342.170**	**158.266**	**(2.905)**	**1.497.531**	**898.788**	**125.902**	**(3.293)**	**1.021.397**
Resultado financeiro	(123.999)	89	(2.700)	(126.610)	(127.300)	705	(21.531)	(148.126)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	**1.218.171**	**158.355**	**(5.605)**	**1.370.921**	**771.488**	**126.607**	**(24.824)**	**873.271**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(529.329)	(187)	(1.224)	(530.740)	(303.368)	(14.167)	–	(317.535)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**688.842**	**158.168**	**(6.829)**	**840.181**	**468.120**	**112.440**	**(24.824)**	**555.736**

	31 de dezembro de 2020 Consolidado	2019 Consolidado
Eventos conhecidos ou avisados	(7.473.654)	(6.080.278)
(–) Co-participação	183.617	141.622
Sistema Único de Saúde - SUS	(68.877)	–
Depreciações e amortizações	(122.452)	–
Depreciação direito de uso	(45.939)	–
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(35.354)	(20.078)
	(7.562.659)	**(6.104.467)**

32. PARTES RELACIONADAS

Em 31 dezembro de 2020, a Companhia tem a ressarcir a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. o montante de R$ 2.491, a título de reembolso de despesa do Grupo Samed, Medix Diagnóstico e Ecoimagem Diagnósticos.

A Notre Dame Intermédica Participações S.A. firmou contrato de instrumento particular de repasse de indenização com a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., controlada direta da Companhia, comprometendo-se a indenizar a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. pelos desembolsos decorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Notre Dame Intermédica Participações. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica "Outros passivos circulantes" em 31 dezembro de 2020 é R$ 391.769 (R$ 320.468 em 31 de dezembro de 2019).

A remuneração dos principais administradores das controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 31 dezembro de 2020 foi de R$ 70.062 (R$ 63.526 em 31 de dezembro de 2019).

33. COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos de aluguéis de imóveis, consultoria e manutenção que ainda não possuem requisitos para serem contabilizados até que entre em vigor a sua ocorrência pelo regime de competência. Também não se enquadram nos requisitos do IFRS 16.

	Consolidado 31 de dezembro de 2020	2019
Até um ano	114.305	110.171
Mais de um ano e até cinco anos	457.195	436.207
Acima de cinco anos	114.298	108.684
	685.798	**655.062**

34. COBERTURA DE SEGUROS

As Controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (Inclusive decorrente de tumultos, greves e lock-out). Queda de raio. Explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional) e roubo de medicamentos.	R$ 366.757
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	R$ 1.985.557
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil operações	R$ 38.049
Frota de veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais, equipamentos móveis.	100% Tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de vida em grupo	Variável conforme faixa salarial e limite máximo R$ 48.132
Seguro garantia	Garantias sobre contratos de clientes	R$ 270.181

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Intenção de compra e venda de ações da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.

Em 12 de agosto de 2020, em continuação ao plano de expansão a Companhia por meio de sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A., assinou o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças no montante de R$ 79.000 para a aquisição da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., operadora de saúde com atuação no estado de São Paulo, principalmente na cidade de São Paulo.

Em 17 de setembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aprovou a aquisição da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., conforme protocolo Ofício nº 92/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições contratuais e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Intenção de compra e venda de ações do Grupo Serpram.

Em 26 de outubro de 2020, em continuação ao plano de expansão a Companhia por meio de sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. assinou acordo de intenção de compra e venda de ações e outras avenças no montante de R$ 170.000 para a aquisição do Grupo Serpram, composto por dois hospitais, IMESA - Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A. e Hospital Varginha S.A. e uma operadora de saúde Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A., com atuação no estado de Minas Gerais.

Em 11 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aprovou a aquisição do Grupo Serpram, conforme protocolo Ofício nº 145/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições contratuais e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Combinação de negócios entre Notre Dame Intermédica Participações S.A. (GNDI) e Hapvida

Em 08 de janeiro de 2021, a Notre Dame Intermédica Participações S.A., controladora da Companhia, recebeu através do Conselho de Administração da Hapvida Participações e Investimentos S.A. uma proposta não vinculante de combinação de negócios entre as duas empresas.

Em 15 de fevereiro de 2021, em complemento ao fato relevante de 08 de janeiro de 2021, a controladora da Companhia comunicou que as discussões sobre os pontos comerciais e de governança relativos à potencial combinação de seus negócios ("Operação"), não tendo, todavia, até esta data, firmado qualquer documento de caráter vinculante relacionado à Operação.

Em 27 de fevereiro de 2021, Hapvida Participações e Investimentos S.A (Hapvida), e Notre Dame Intermédica Participações S.A. celebraram um Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da combinação de negócios da Hapvida e do GNDI.

Os Conselhos de Administração da Hapvida e do GNDI autorizaram nesta data a assinatura do Acordo e ratificaram a celebração do Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações e de Incorporação de Sociedade ("Protocolo"), com descritivo dos termos e condições aplicáveis à Operação e aprovaram a Proposta de Administração e demais documentos a serem encaminhados para deliberação e aprovação da Operação pelos acionistas das companhias em assembleias gerais extraordinárias, convocadas para realização em 29 de março de 2021.

Principais pontos da Operação:

a) Acordo prevê a combinação de negócios das companhias mediante incorporação das ações do GNDI pela HapvidaCo ("Incorporação de Ações"), com a consequente emissão de novas ações ordinárias e preferenciais resgatáveis da HapvidaCo e entrega de tais valores mobiliários aos acionistas do GNDI. Imediatamente após a incorporação de ações, ocorrerá (i) o resgate das ações preferenciais, com pagamentos aos acionistas do GNDI, na condição de titulares das ações preferenciais resgatáveis da HapvidaCo, até o antepenúltimo dia útil do mês imediatamente subsequente à Data de Fechamento da Operação, em moeda corrente nacional; e (ii) ato contínuo, a incorporação da HapvidaCo pela Hapvida. Como resultado da incorporação de ações e posterior incorporação de sociedade, o GNDI tornar-se-á uma subsidiária integral da Hapvida, com consequente migração da base acionária da GNDI para a Hapvida. A Hapvida continuará a ser uma companhia aberta, listada no Novo Mercado da B3 ("Companhia Combinada").

b) A combinação de negócios entre as companhias baseia-se em fundamentos estratégicos como a possibilidade de (i) integração da vasta gama de produtos, estruturas hospitalares, recursos e soluções de saúde a benefícios dos seus clientes; (ii) redução dos custos operacionais por meio do compartilhamento das melhores práticas e otimização dos processos da Companhia Combinada; (iii) aproveitamento de potenciais sinergias decorrentes da complementariedade geográfica de atuação das duas companhias; (iv) consolidação das bases acionárias do GNDI e da Hapvida, com aumento da liquidez dos papéis da Companhia Combinada; e (v) potencial de valorização da cotação das ações da Companhia Combinada na B3.

Como resultado da Operação, a Companhia Combinada contará com dois co-CEOs, Irlau Machado Filho e Jorge Pinheiro.

c) As administrações das companhias estimam que os custos para consumação da operação serão de, aproximadamente R$ 116,0 milhões, os quais incluem custos com assessoria financeira, avaliações assessoria jurídica e demais assessorias para implementação da Operação, publicações e demais despesas relacionadas.

d) A Operação está condicionada à obtenção da aprovação dos acionistas das companhias em suas respectivas assembleias gerais de acionistas, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

e) Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo e no Protocolo, com a consumação da Incorporação de Ações seguida da Incorporação de Sociedade, os acionistas do GNDI receberão, em substituição a cada uma ação ordinária do GNDI, (i) 5,2490 (cinco vírgula dois quatro nove zero) ações ordinárias da Hapvida ("Relação de Troca"); e (ii) R$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco centavos), atualizados pro rate die com base na variação do CDI a partir da data da aprovação da Operação, pelos acionistas da Hapvida e do GNDI, até a Data de Fechamento da Operação, sujeita aos ajustes previstos no Acordo e no Protocolo ("Parcela em Caixa").

Com base na Relação de Troca e na Parcela em Caixa, consideradas as premissas e desconsiderados eventuais ajustes previstos no Acordo e no Protocolo, nesta data, os acionistas da Hapvida e do GNDI passariam a deter, respectivamente, 53,6% e 46,4% das ações da Companhia Combinada, já considerando o pagamento, aos acionistas do GNDI, da Parcela em Caixa (descontado o Dividendo Extraordinário).

Sujeito à consumação da Operação e adicionalmente à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, observados os parâmetros e ajustes definidos pelas partes no Acordo, o GNDI poderá distribuir dividendos aos seus acionistas no valor total de até R$ 4,0 bilhões ("Dividendos Extraordinários"), observadas as seguintes condições: (i) a eficácia da declaração dos Dividendos Extraordinários ficará condicionada à consumação da Operação; (ii) serão declarados Dividendos Extraordinários em favor dos acionistas com base na posição acionária do GNDI da Data de Fechamento, salvo se deliberado de outro modo pelos Conselhos de Administração da Hapvida e do GNDI; (iii) serão pagos os Dividendos Extraordinários até o antepenúltimo dia útil do mês imediatamente subsequente à Data de Fechamento; e (iv) os Dividendos Extraordinários serão deduzidos do valor a ser pago na Parcela em Caixa.

Aprovação da aquisição da Lifecenter Sistema de Saúde S.A.

Em 08 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou contrato definitivo de compra e venda de ações e outras avenças para a aquisição do Lifecenter Sistema de Saúde S.A. (Hospital Lifecenter).

A Companhia passará a deter, de forma indireta, 100,0% das ações do Hospital Lifecenter. O preço de aquisição é de R$ 240,0 milhões, equivalente a aproximadamente R$ 1,2 milhão por leito, será pago à vista, em dinheiro, descontados o endividamento líquido e uma parcela retida para contingências.

Em 23 de dezembro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.006411/2020-85, aprovou sem restrições a aquisição da Lifecenter Sistema de Saúde S.A..

Em 20 de janeiro de 2021, a Companhia assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O valor de aquisição final foi de R$175.698.

Parcela à vista	115.698
Parcela Contingente	40.000
Parcela Retida	20.000
Total da contraprestação	**175.698**

Aprovação da aquisição da Climepe Total Ltda.

Em 4 de agosto de 2020, em continuação ao plano de expansão a Companhia por meio de sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A., assinou o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças no montante de R$ 168.000 para a aquisição da Climepe Total Ltda., operadora de saúde com atuação na cidade de Poços de Caldas e região, estado de Minas Gerais.

Em 17 de setembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aprovou a aquisição da Climepe Total Ltda., conforme protocolo Ofício nº 91/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 27 de novembro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004121/2020-05, aprovou sem restrições a aquisição da Climepe Total Ltda.

Em 8 de março de 2021, em complemento ao fato relevante de 4 de agosto de 2020, a Companhia assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas. O valor da aquisição foi de R$ 185.485 pagos na sua integralidade nesta data.

Aprovação da aquisição do Grupo Medisanitas Brasil

Em 25 de agosto de 2020, em continuação ao plano de expansão, a Companhia, por meio de sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A., assinou o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças no montante de R$ 1.000.000 para a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil, compostas pelas empresas: OSI Brasil Participações Ltda., OSI Investimentos Brasil Ltda., Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S.A., Com Vc Drogaria Ltda., Minas Saúde Investimentos e Participações Ltda., Serviços Operativos Sanitas Ltda., Centro Oftalmológico Keralty Ltda., Centro Clínico Keralty Venda Nova Ltda., Centro Médico Keralty Ltda. e Hospital Keralty Ltda. O Grupo Medisanitas Brasil concentra as operações brasileiras do grupo empresarial colombiano Keralty (especialistas em saúde integrada com atuação em Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, México, Estados Unidos, Europa, Indonésia e Filipinas). Desde sua entrada em território brasileiro, em 2011, a Keralty vem se consolidando em uma posição de destaque no mercado de saúde suplementar nacional (em especial no Estado de Minas Gerais).

Em 04 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aprovou a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil, conforme protocolo Ofício nº 137/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 18 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004547/2020-51, aprovou sem restrições a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil.

Debêntures - pagamento de principal e juros

Em 1º de fevereiro de 2021, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A., realizou o pagamento de juros referente à 3ª emissão debêntures não conversíveis, emitidas em 1º de agosto de 2019. O valor total pago de juros foi de R$ 13.911.

Em 23 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a liquidação total das debêntures simples, não conversíveis, emitidas em 23 de outubro de 2018. O valor total pago foi de R$ 61.225, correspondendo ao saldo nominal unitário da totalidade das debêntures dessa emissão acrescida da correspondente remuneração até esta data.

Em 5 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a liquidação de empréstimo com Banco Bradesco, na modalidade nota promissória. O valor total liquidado foi de R$ 93.555, correspondente a amortização do principal acrescida da correspondente remuneração até esta data.

A DIRETORIA

CONTADOR: Josué Laurentino da Silva - CRC 1SP 256.620/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores
BCBF Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCBF Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Combinações de negócios

Durante o exercício de 2020, a Companhia, através de suas controladas, realizou transações que envolveram combinações de negócios, conforme mencionado na nota explicativa 5, cujas contabilizações seguiram o método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionado, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados às combinações de negócio incluíram, entre outros, a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida. Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado. Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona

As controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., São Lucas Saúde S.A., SMV Serviços Médicos Ltda., Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda, e Lifeday Planos de Saúde Ltda.. possuem passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 22, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente por essas controladas. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015, alterada pela Resolução Normativa 442/2018, e emitidas pela Agência Nacional de Saúde ("ANS").

Consideramos este um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o auxílio de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuarias decorrentes da Peona, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Peona, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável (''impairment") do ágio (''goodwill") registrado

Conforme descrito na nota explicativa 18, em 31 de dezembro de 2020 os ativos da Companhia e de suas controladas contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições de diversas entidades no montante de R$4.994.462 mil. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor rec

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16

Grupo NotreDame Intermédica

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Companhia e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Companhia, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acessos e mudanças das aplicações de TI relacionadas.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2021

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Emerson Pompeu Bassetti
Contador - CRC-1SP251558/O-0